



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade  
Coordenadoria de Material e Patrimônio  
Seção de Contratos



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA  
AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - [www.tre-ro.jus.br](http://www.tre-ro.jus.br)

**CONTRATO Nº 39/2022**

**CONTRATO N. 39/2022/TRE-RO**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO SEI N. [0000745-49.2022.6.22.8000](#)**

**PREGÃO ELETRÔNICO N. 43/2022/TRE-RO**

**CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM  
A UNIÃO, ATRAVÉS DO TRIBUNAL  
REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA,  
E A EMPRESA INOVE PRODUÇÃO DE  
EVENTOS E SHOW BAR EIRELI,  
PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE  
INTERMEDIÇÃO DE LIBRAS.**

A UNIÃO, por meio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA – TRE-RO**, inscrito no CNPJ sob o n. 04.565.735/0001-13, com sede na Av. Presidente Dutra, 1889 – Baixa União, CEP: 76.805-901, em Porto Velho/RO, neste ato representado por sua Diretora Geral, senhora **LIA MARIA ARAÚJO LOPES**, brasileira, Cédula de Identidade RG \*\*\*.893-SSP/RO e CPF \*\*\*.106.849-\*\*, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e a empresa **INOVE PRODUÇÃO DE EVENTOS E SHOW BAR EIRELI**, inscrito no CNPJ sob o n. 18.775.301/0001-52, com sede no Setor de Autarquia Sul – Quadra 04 – Bloco A, Sala 229 – Edifício Victoria Office Tower, Bairro Asa Sul, CEP: 70.070-938, Brasília/DF, Telefone(s): (61) 98318-0405, E-mail(s): [eventos@inoveproducao.com.br](mailto:eventos@inoveproducao.com.br)/ [financeiro@inoveproducao.com.br](mailto:financeiro@inoveproducao.com.br), neste ato representada pelo senhor **FELIPE LACERDA SILVA**, brasileiro, Cédula de Identidade RG \*\*\*5892/SSP-DF e CPF \*\*\*.702.611-\*\*, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, por força do presente instrumento e em conformidade com: o Edital de Licitação respectivo e seus Anexos; o Ato de Autorização da Licitação constante no Despacho n. 1350/2022-PRES/DG/GABDG, de 18/10/2022 (evento [0920862](#)); e o Termo de Homologação da Licitação constante no Despacho n. 1554/2022-PRES/DG/GABDG, de 08/12/2022



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

(evento [0952847](#)), bem como nas demais normas indicadas na Cláusula “DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL” deste instrumento, têm entre si, justo e acordado, o presente CONTRATO, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**DO OBJETO**

**(Art. 55, I, da Lei 8666/93)**

**CLÁUSULA PRIMEIRA** – O presente contrato tem por objeto a prestação de serviços de intermediação em Libras (SIL), com atendimento por meio de intérpretes humanos conectados remotamente, com uso de plataforma digital, disponibilizado via Internet para pessoas com deficiência auditiva, alcançando todos os pontos de atendimento ao cidadão disponíveis na Justiça Eleitoral de Rondônia, visando a garantia, conforme legislação em vigor, da acessibilidade de comunicação aos cidadãos que se comunicam por meio da Língua Brasileira de Sinais (Libras).

**Subcláusula Primeira** – Os serviços acima descritos serão realizados nas seguintes modalidades:

- a) Atendimento de cidadãos em balcões, audiências e interações com a Justiça Eleitoral; e
- b) Interpretação síncrona de eventos presenciais ou transmitidos em plataformas digitais.

**Subcláusula Segunda** - Os serviços de intermediação em Libras – SIL consistem na mediação da comunicação entre o cidadão surdo, pessoas com deficiência auditiva, usuário ou não de Libras e ouvinte. Para tanto, esse serviço ocorrerá na modalidade virtual, sendo: Tradução/Interpretação de Libras/Português via Transmissão de áudio, vídeo, texto (chat) e telefonia em tempo real entre a pessoa com deficiência auditiva, os intérpretes designados pelo Serviço e o Ouvinte.

**Subcláusula Terceira** – Quanto aos locais de atendimento, por se tratar de plataforma digital, o atendimento se dará em todo o Estado de Rondônia:

- a) O atendimento será prestado nos locais designados pelo TRE-RO, sendo que todos os pontos de atendimento serão devidamente



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

sinalizados, indicando a existência do serviço de Intermediação da Comunicação em Libras. A presente contratação remunera os serviços efetivamente prestados pelo tempo efetivo de interpretação sem limitar ou restringir do número de locais de atendimento à população.

**Subcláusula Quarta** – No Capítulo 5 até 21 do Termo de Referência respectivo constam os regramentos a serem observados pela CONTRATADA quanto aos seguintes temas: A descrição dos serviços do objeto contratado, as condições da contratação, a arquitetura macro da solução, os requisitos funcionais de software, atendimento, disponibilização de acesso aos componentes da solução e avaliação dos requisitos funcionais, autoria e controle, relatórios, **incidentes e requisições**, tratamento de chamados, sobre pesquisa de satisfação do usuário pela contratada, infraestrutura, treinamento, política de privacidade e dados dos usuários, do horário de funcionamento dos serviços, cobertura do atendimento, segurança, identidade visual, e da documentação.

**Subcláusula Quinta** - A CONTRATADA deverá observar, entre outros, os critérios de sustentabilidade ambiental definidos para esta contratação, conforme estabelecido no Capítulo 22 do Termo de Referência correspondente.

**Subcláusula Sexta** – A CONTRATADA, bem como os profissionais por ela fornecidos, compromete-se a manter sigilo escrito, verbal e/ou quaisquer outro acerca os dados, informações, materiais, técnicas e procedimentos utilizados na prestação dos serviços de intermediação – SIL, e observando o que segue:

a) A quebra de sigilo pela CONTRATADA, bem como pelos profissionais por ela fornecidos, sofrerão as medidas legais cabíveis.

**Subcláusula Sétima** – A partir da assinatura deste contrato, a CONTRATADA se compromete a atender as especificações, exigências, quantidades, prazos estabelecidos constantes neste instrumento, no Termo de Referência correspondente, e Edital de Pregão Eletrônico supramencionado e seus anexos.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**Subcláusula Oitava** – Vinculam-se ao presente Contrato, independente de transcrição, as normas e disposições contidas no Edital de Pregão Eletrônico supramencionado e seus anexos, inclusive no Termo de Referência (TR) respectivo, e na proposta da CONTRATADA vencedora do mencionado certame, assim como seus anexos e documentações técnicas.

**DO REGIME DE EXECUÇÃO**

**(Artigo 55, II, da Lei 8.666/93)**

**CLÁUSULA SEGUNDA** – A presente contratação se deu mediante realização de pregão eletrônico, na forma Eletrônica, do tipo menor preço global, na forma de execução indireta, sob o regime de empreitada por preço unitário.

**VEDAÇÃO DE SUBCONTRATAÇÃO E/OU TRANSFERÊNCIA  
PARCIAL OU TOTAL DO OBJETO A EMPRESAS  
FRANQUEADAS**

**CLÁUSULA TERCEIRA** – A subcontratação e/ou transferência parcial ou total do objeto desta contratação dar-se-á conforme a seguir:

- I - Não será permitida a subcontratação no todo ou em parte do objeto dos serviços objeto do contrato;
- II - Não será permitida a transferência parcial ou total do objeto do contrato a empresas franqueadas pela CONTRATADA; e
- III - Empresas detentoras de franquia empresarial, na forma da legislação vigente, poderão, elas próprias, participar diretamente do certame.

**DA VIGÊNCIA DO CONTRATO**

**(Artigos 55, IV, e 57, caput, § 3º da Lei 8.666/93)**

**CLÁUSULA QUARTA** – Este Contrato terá vigência de 12 (doze) meses, a contar de 09/01/2023, com assinatura via Sistema Eletrônico de



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Informação – SEI do TRE-RO, e poderá vir a ser prorrogado, limitado a 60 (sessenta) meses, nos termos do art. 57, inciso II, da Lei 8.666/93.

**DO VALOR**

**(Art. 55, III e V, da Lei n. 8666/93)**

**CLÁUSULA QUINTA** – O valor total estimado deste contrato é **R\$ 63.000,00** (sessenta e três mil reais), conforme proposta da CONTRATADA.

**Subcláusula Primeira** - O valor deste Contrato é estimativo, não obrigando o CONTRATANTE a efetivar o seu equivalente em serviços durante a vigência do ajuste.

**Subcláusula Segunda** - Os valores serão contabilizados por minutos de atividade multiplicados pela quantidade de intérpretes envolvidos, de acordo com os relatórios mensais emitidos pelo sistema.

**Subcláusula Terceira** – A disponibilização de códigos distintos para as unidades e pontos de atendimento não será tarifada.

**Subcláusula Quarta** – No valor supramencionado estão incluídos todos os custos e despesas, diretos ou indiretos, necessários ao cumprimento integral do objeto desta contratação, inclusive mão-de obra, tributos, materiais/componentes, despesas administrativas e lucro, entre outros.

**Subcláusula Quinta** - As despesas com a execução do presente instrumento correrão à conta do orçamento 2023 da Justiça Eleitoral de Rondônia, mediante Nota de Empenho a ser emitida após a disponibilização do mencionado orçamento.

**FONTE ORÇAMENTÁRIA**



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

|                                      |                                    |
|--------------------------------------|------------------------------------|
| <b>CATEGORIA (TIPO DE ORÇAMENTO)</b> | Ordinário                          |
| <b>ITEM DE DESPESA</b>               | Serviço de Intermediação em Libras |
| <b>DESPESA AGREGADA</b>              |                                    |
| <b>PLANO INTERNO</b>                 | ADM APOIO                          |

**DA GARANTIA**

**(Art. 55, VI, da Lei n. 8666/93)**

**CLÁUSULA SEXTA** - Para assegurar a plena execução do presente ajuste, a licitante deverá oferecer, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis a contar da assinatura deste instrumento, GARANTIA, em uma das modalidades previstas no art. 56, § 1º, da Lei 8.666/93, correspondente a 3% (três por cento) do valor do contrato.

**1.** A Garantia deverá ser apresentada em uma das modalidades previstas no art. 56, § 1º, da Lei 8.666/93, a saber:

**I.** Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, devendo estes terem sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;

**II.** Seguro-garantia;

**III.** Fiança bancária, desde que emitida por instituição financeira autorizada a operar pelo Banco Central do Brasil (Acórdão n. 2467/2017 – TCU – Plenário), devendo constar expressa a renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

**2.** A garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, assegurará o pagamento de:

**I** - Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

**II** - Prejuízos causados à Administração ou a terceiro, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

**III** - Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à CONTRATADA.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

3. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior.
4. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada na Caixa Econômica Federal em conta específica com correção monetária, em favor do CONTRATANTE.
5. A garantia deverá ter prazo de validade durante a execução do Contrato até 03 (três) meses após o término da vigência contratual.
6. A garantia deverá ser renovada e complementada a cada prorrogação, repactuação ou acréscimo quantitativo do contrato.
7. A garantia somente será liberada ante a comprovação de que a CONTRATADA quitou todas as obrigações oriundas desta contratação, e, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia será retida e utilizada para seu pagamento diretamente pela Administração.
8. As garantias contratuais serão devidamente atualizadas monetariamente, consoante preconizado no art. 56 da Lei n. 8.666/93, bem assim atualização da garantia sempre que houver alteração do valor do contrato, em respeito ao §2º do citado dispositivo legal.

### **DA MEDIÇÃO DOS SERVIÇOS**

**CLÁUSULA SÉTIMA** - No último dia útil de cada mês, a CONTRATADA deverá efetuar a apuração das horas e frações de atendimento efetuadas no respectivo mês, e, considerando os recursos contratados, elaborar o correspondente relatório contendo dias, horários e quantidades de atendimentos efetuados.

1. Para efeito de pagamento, as medições deverão ser realizadas observando o seguinte procedimento:

- a) No primeiro dia útil subsequente ao mês que os serviços foram prestados, a CONTRATADA deverá entregar o relatório contendo os quantitativos mensais descritos nesta cláusula e os respectivos valores apurados;
- b) Na hipótese de glosas e/ou incorreções de quantitativos e/ou valores, o CONTRATANTE solicitará à CONTRATADA a retificação do relatório, objetivando a emissão da Nota Fiscal Fatura.





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

2. Será considerado o tempo de atendimento efetivamente nos casos de atendimentos individuais e o tempo de disponibilidade dos intérpretes para os casos de tradução de eventos previamente agendados, tais tempos serão apurados da seguinte forma:

- a) O valor dos pagamentos será obtido mediante aplicação do preço global contratado ao tempo contabilizado, descontadas as importâncias relativas às quantidades de serviços não aceitas e glosadas pelo CONTRATANTE por motivos imputáveis à CONTRATADA;
- b) Caso a medição não seja composta por número inteiro de horas será aplicado o fechamento proporcional à minutagem alcançada;
- c) A aplicação de descontos indicados no item imediatamente acima não prejudica a aplicação de sanções à CONTRATADA, em razão da não execução dos serviços.

3. Após a conferência dos quantitativos e valores apresentados, o CONTRATANTE atestará a medição mensal, comunicando a CONTRATADA, no prazo de 3 (três) dias contados do recebimento do relatório, o valor aprovado, e, autorizando a emissão da correspondente Nota Fiscal Fatura, a ser apresentada no primeiro dia útil subsequente à comunicação dos valores aprovados.

4. As Notas Fiscais Faturas deverão ser emitidas pela CONTRATADA e enviadas, em formato eletrônico, para o CONTRATANTE.

### **DO PAGAMENTO**

**(Art. 55, III, da Lei n. 8666/93)**

**CLÁUSULA OITAVA** – O CONTRATANTE efetuará o pagamento à Contratada, mediante ordem bancária, por meio do Banco do Brasil S/A, em moeda corrente, até 10 (dez) dias úteis, contados a partir a contar da data da emissão da Nota Técnica juntamente com a nota fiscal, devidamente atestada pelo titular da Coordenadoria de Educação e Desenvolvimento (COEDE), aplicada as retenções legais.

1. Caso venha ocorrer a necessidade de providências complementares por parte da CONTRATADA, a fluência do prazo será interrompida, reiniciando-se a sua contagem a partir da data em que estas forem cumpridas.





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

2. Os pagamentos serão efetuados em conformidade com a execução dos serviços, mediante apresentação da(s) respectiva(s) nota(s) fiscal(is) ou nota(s) fiscal(is)/fatura.

3. A CONTRATADA deverá apresentar, juntamente com a Nota Fiscal ou Nota Fiscal Fatura, os documentos a seguir discriminados, para verificação de sua regularidade fiscal perante os órgãos competentes:

- a) Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – F.G.T.S., fornecido pela Caixa Econômica Federal;
- b) Certidão Negativa de Débitos relativa às Contribuições Previdenciárias e as de Terceiros – CND – ou outra equivalente na forma da lei;
- c) Certidão negativa de débitos trabalhistas (CNDT);
- d) Nota Fiscal ou Nota Fiscal Fatura devidamente atestada;
- e) Folha de Medição dos Serviços; e
- f) Serão aceitas como prova de regularidade certidões negativas, positivas com efeito de negativas e certidões positivas que noticiem em seu corpo que os débitos estão judicialmente garantidos ou com sua exigibilidade suspensa.

4. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a reajustamento de preços.

5. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida, entre a data descrita no *caput* desta cláusula e a correspondente ao efetivo adimplemento da obrigação, será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) / 365$$

$$I = (6/100) / 365$$

$$I = 0,00016438$$



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

6. A compensação financeira prevista no item anterior será incluída em fatura/nota fiscal emitida posteriormente à ocorrência.

7. O pagamento da compensação financeira dependerá de requerimento a ser formalizado pela CONTRATADA.

**DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

**(Artigo 67 da Lei 8666/93)**

**CLÁUSULA NONA** – No TRE-RO, a gestão desta contratação será exercida pelo titular da Coordenadoria de Educação e Desenvolvimento (COEDE), e a fiscalização será exercida pelo titular da Seção de Avaliação e Gestão do Desempenho - SEGED (ou, nas ausências dos titulares, pelos respectivos substitutos automáticos ou designados, que devem possuir a mesma qualificação), os quais terão autoridade para exercer toda e qualquer ação de orientação geral e controle da execução contratual, competindo aos mencionados servidores as atribuições previstas na Instrução Normativa TRE-RO n. 04/2008.

**Subcláusula única** - A atuação ou a eventual omissão da Fiscalização mencionada durante a realização dos trabalhos indicados neste instrumento não poderá ser invocada para eximir a CONTRATADA da responsabilidade pela execução dos objetos ora contratados.

**DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

**(Art. 55, VII, da Lei 8666/93)**

**CLÁUSULA DÉCIMA** – Cabe ao CONTRATANTE, além do previsto e exigido pela Lei nº 8.666/93 e normas regulamentares pertinentes:

1. Cumprir e exigir o cumprimento das obrigações do Contrato e das disposições legais que o regem.

2. Realizar o acompanhamento do contrato, comunicando à CONTRATADA as ocorrências de quaisquer fatos que exijam medidas corretivas.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

3. Proporcionar todas as condições necessárias à boa execução dos serviços contratados, inclusive comunicando à CONTRATADA, por escrito e tempestivamente, qualquer mudança de Administração e ou endereço de cobrança.
4. Exercer a fiscalização dos serviços indicando, formalmente, o gestor e/ou o fiscal para acompanhamento da execução contratual, inclusive no que tange a mão de obra que o integra.
5. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA, podendo solicitar o seu encaminhamento por escrito.
6. Efetuar os pagamentos devidos, de acordo com o estabelecido no presente contrato.
7. Aplicar as penalidades previstas no contrato, em caso de descumprimento pela CONTRATADA de quaisquer cláusulas estabelecidas.
8. Exigir da CONTRATADA, a qualquer tempo, a comprovação das condições requeridas para a contratação.
9. Indicar e formalizar o(s) responsável (is) pela fiscalização do contrato, a quem competirá o acompanhamento dos serviços.
10. Atestar mensalmente a execução e a qualidade dos serviços prestados, indicando qualquer ocorrência havida no período, se for o caso, em processo próprio, onde será juntada a Nota Fiscal Fatura a ser apresentada pela CONTRATADA, para fins de pagamento.
11. Disponibilizar um servidor para orientar os servidores públicos para o uso do aplicativo do SIL, como também, aos demais interessados, quando necessário.
12. Demais obrigações consignadas no instrumento contratual.

### **DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**(Art. 55, II, VII e XIII, da Lei n. 8666/93)**

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA** - Cabe à CONTRATADA, além do previsto e exigido pela Lei nº 8.666/93 e normas regulamentares pertinentes:

1. Indicar um profissional responsável para exercer a função de interlocutor com a Contratante ao qual caberá a função de responder pela coordenação de todas as atividades propostas neste contrato.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

2. Responsabilizar-se por todos e quaisquer encargos, salários, benefícios, pró-labore tributos, taxas, tarifas relacionadas com empregados e prepostos e/ou a empresa na prestação do serviço e que sejam decorrentes da legislação social previdenciária, trabalhista, tributárias e cíveis incluídas as indenizações por acidentes, moléstias e outros eventos da natureza profissional e/ou ocupacional.
3. Responder, por escrito, sempre que solicitado pelo CONTRATANTE, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, a todo e qualquer questionamento acerca do serviço.
4. Acompanhar, gerenciar, capacitar e orientar, periodicamente, seus profissionais.
5. Disponibilizar as gravações dos atendimentos sempre que solicitado, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.
6. Oferecer profissionais habilitados e qualificados em Libras conforme legislação vigente.
7. Informar as especificações tecnológicas e de banda de internet para disponibilizar o serviço.
8. Disponibilizar e encaminhar relatório mensalmente, conforme mencionado na **Cláusula Sétima** deste contrato ou quando solicitados pelo CONTRATANTE;
9. Comunicar, por escrito, qualquer alteração societária da empresa;
10. Disponibilizar os serviços ao CONTRATANTE no prazo de 48 (quarenta e oito) horas após a assinatura do contrato.
11. Demais obrigações consignadas no instrumento contratual.

### **DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**(Artigo 55, VII e IX, da Lei 8.666/93 e Artigo 7º da Lei 10.520/02)**

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA** – Em caso de descumprimento das condições estabelecidas neste Contrato, no Edital de Pregão Eletrônico respectivo e seus anexos, a CONTRATADA ficará sujeita às penalidades estabelecidas nas Leis 10.520/02 e 8.666/93.

1. O descumprimento injustificado das obrigações decorrentes do contrato, garantido o direito ao contraditório e ampla defesa, sujeita a contratada a



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

multa moratória, consoante o *caput* e §§ do art. 86 da L. 8.666/93, na forma seguinte:

**I - Indisponibilidade do serviço sem a comunicação ao CONTRATANTE (item 10.3 do TR):**

- a) primeira e segunda ocorrências, multa de 3% (três por cento) calculada sobre o valor da fatura mensal referente ao mês de atraso;
- b) terceira e quarta ocorrências, multa de 5% (cinco por cento), calculada sobre o valor da fatura mensal referente ao mês de atraso;
- c) quinta ocorrência poderá ser caracterizada a inexecução do contrato.

**II - Atraso no cumprimento de determinações emanadas da fiscalização para adimplemento de obrigação por parte da CONTRATADA:**

- a) primeiro e segundo atrasos injustificados de até 03 (três) dias, multa de 3% (três por cento) calculada sobre o valor da fatura mensal referente ao mês de atraso;
- b) terceiro e quarto atrasos injustificados de até 03 (três) dias, multa de 5% (cinco por cento), calculada sobre o valor da fatura mensal referente ao mês de atraso;
- c) quinto atraso injustificado e atraso superior a 03 (três) dias poderá ser caracterizada a inexecução do contrato.

**III - Demais atrasos dos prazos e as obrigações estipuladas nas obrigações da Contratada e registradas neste instrumento e no TR, multa de 2% (dois por cento) por dia de atraso até o limite de 05 (cinco) dias, a partir do sexto dia poderá ser caracterizada a inexecução do contrato.**

- a) primeiro e segundo atrasos injustificados de até 03 (três) dias, multa de 3% (três por cento) calculada sobre o valor da fatura mensal referente ao mês de atraso;
- b) terceiro e quarto atrasos injustificados de até 03 (três) dias, multa de 5% (cinco por cento), calculada sobre o valor da fatura mensal referente ao mês de atraso;
- c) quinto atraso injustificado e atraso superior a 03 (três) dias poderá ser caracterizada a inexecução do contrato.

**2. Poderão ser aplicadas à contratada, nos termos do artigo 87 da Lei 8.666/93, nas hipóteses de inexecução total ou parcial das obrigações estipuladas em edital e seus anexos, as seguintes sanções:**



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- a) advertência;
- b) multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor contratado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

**3.** Nos termos do artigo 7º da Lei 10.520/02 e do artigo 49 do Decreto 10.024/2019, garantido o direito do contraditório e da ampla defesa, sujeitar-se-á à penalidade de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Federal por prazo de até 05 (cinco) anos e será descredenciada do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF por igual período, sem prejuízo das multas previstas em edital e na contratação e das demais cominações legais, a contratada que:

- a) Convocada dentro do prazo de validade de sua proposta não assinar o contrato;
- b) Deixar de entregar documentação exigida no edital;
- c) Apresentar documentação falsa exigida para o certame;
- d) Ensejar o retardamento da execução de seu objeto;
- e) Não mantiver a proposta;
- f) Falhar na execução do contrato;
- g) Fraudar na execução do contrato;
- h) Comportar-se de modo inidôneo;
- i) Cometer fraude fiscal; e
- j) Fizer declaração falsa.

**4.** Previamente à aplicação de multas moratórias, sendo primária a contratada e desde que presentes os requisitos definidos na IN TRE-RO n. 004/08, a Administração poderá aplicar somente a penalidade de Advertência, podendo, diante da reiteração em descumprimentos das obrigações contratuais, aplicar de imediato, as penalidades mais severas.

**5.** As sanções estabelecidas neste instrumento podem ser aplicadas à Contratada de forma cumulada entre si e com as demais previstas na





**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

legislação correlata e outras previstas neste Edital respectivo, devendo sempre obedecer ao procedimento disciplinado pela Instrução Normativa n. 004/2008-TRE-RO.

**6.** Sem prejuízo da rescisão do contrato – decretada no exercício do juízo de conveniência e oportunidade do CONTRATANTE - as condutas de inexecução parcial do contrato ou caracterizadoras de inexecução total das obrigações, como aquelas previstas no art. 78 da Lei nº 8.666/93, podem ser sancionadas com a pena de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública e descredenciamento do Sistema Unificado de Fornecedores do Governo Federal – SICAF (art. 7º da Lei nº 10.520/2002).

**7.** O CONTRATANTE poderá reter dos créditos os valores para assegurar o pagamento de indenizações e ressarcimentos devidos pela CONTRATADA, originados em quaisquer descumprimentos injustificados das obrigações assumidas, gerando custos em virtude de eventual aquisição ou contratação emergenciais junto a terceiros, sem prejuízo das demais sanções contratuais.

**8.** A multa eventualmente imposta à CONTRATADA será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus. O valor da multa será corrigido pela taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC para títulos federais, acumulada mensalmente - até o último dia do mês anterior ao do pagamento - e de 1% (um por cento) no mês de pagamento (Art. 29 e 30 da Lei 10.522/2002 e Acórdão TCU nº 1.603/2011-Plenário).

**9.** Caso o valor da multa ou condenação eventualmente aplicada à CONTRATADA não seja quitado no prazo acima, deverá ser automaticamente descontado da fatura a que fizer jus, atualizado pela taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – Selic para títulos federais, acumulada mensalmente, até o último dia do mês anterior ao do pagamento, e de 1% (um por cento) no mês de pagamento. (Art. 29 e 30 da Lei 10.522/2002 e Acórdão TCU n. 1.603/2011).

**10.** Caso o valor do pagamento a que fizer jus a CONTRATADA não seja suficiente para cobrir o montante da multa ou da condenação aplicadas, aquele valor será recolhido ao Tesouro Nacional, devendo o saldo do valor das penalidades aplicadas ser recolhido através de GRU à Conta Única do Tesouro Nacional no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da notificação do responsável, sob pena de inscrição na Dívida Ativa da União (Lei 6.830/80 e art. 6º da Instrução Normativa 05/2009/TRE-RO).

**11.** De igual modo, caso a CONTRATADA não tenha nenhum valor a receber deste Tribunal, o valor das penalidades aplicadas deverá ser recolhido pela CONTRATADA através de GRU à Conta Única do Tesouro





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Nacional, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da notificação do responsável, sob pena de inscrição na DAU (Lei 6.830/80 e art. 6º da Instrução Normativa 05/2009/TRE-RO).

**12.** No mesmo ato o responsável será notificado de que a ausência do recolhimento no prazo máximo de 75 (setenta e cinco) dias poderá ensejar sua inscrição no Cadastro Informativo de Créditos Não Quitados do Setor Público Federal - CADIN (Art. 2º, § 2º da Lei 10.522/02).

**13.** Caso a CONTRATADA não recolha o valor informado na GRU no prazo estabelecido neste instrumento, o valor da multa será corrigido pela taxa SELIC e será providenciada a inscrição do débito na DAU (Decisão TCU n. 1.122/00 – Plenário, publicada no DOU de 01/06/01) ou no CADIN.

**14.** Os responsáveis pelas multas e demais obrigações não quitadas e desde que não inscritas na DAU ou no CADIN, poderão ainda ser inscritos no Cadastro Interno de Inadimplentes do TRE-RO – CAI2.

**15.** A CONTRATADA se submete às sanções deste instrumento, não a eximindo das responsabilidades que lhe são cometidas pela legislação em vigor, sem prejuízo da aplicação das demais penalidades previstas na Lei n. 8.666/93, apuradas mediante o devido processo legal.

**16.** O procedimento para aplicação de sanções pela CONTRATADA observará o devido processo legal administrativo e as regras contidas na Instrução Normativa TRE-RO nº 04/2008, disponível no seguinte link da internet: <http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-ro-in-no-004-2008>.

**17.** Da aplicação de penalidades sempre caberão recursos ou pedido de reconsideração, com procedimento disciplinado pela referida Instrução Normativa n. 04/2008/TRE-RO.

### **DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO**

**(Art. 65, da Lei 8.666/93)**

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA** – Este Contrato poderá ser alterado unilateralmente pela administração CONTRATANTE ou por acordo entre as partes nos casos previstos pelo art. 65 da Lei 8.666/93.

**1.** Os preços permanecerão, em regra, invariáveis durante a vigência contratual. Excepcionalmente, porém, o valor deste instrumento poderá ser revisto, consoante dispõe o inciso II, “d”, do Art. 65 da Lei 8.666/93,



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

cabendo à CONTRATADA o ônus da comprovação, de maneira robusta e suficiente, não sendo aplicável às requisições já efetuadas e a serviços já realizados.

**2.** A CONTRATADA se obriga a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, nos termos do § 1º, do art. 65, da lei 8.666/93.

**3.** Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite acima estabelecido, salvo no caso de supressão resultante de acordo entre as partes, conforme prevê o § 2º do art. 65 da Lei 8.666/93.

**4.** A CONTRATADA se obriga, ainda, a aceitar, no que for aplicável, as demais regras estabelecidas pela Lei 8.666/93 para as alterações dos contratos administrativos.

**5.** Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão na revisão deste contrato, para mais ou para menos, conforme o caso, nos termos do § 5º do Art. 65 da Lei 8.666/93.

**6.** Havendo alteração unilateral do contrato que aumente os encargos da CONTRATADA, a Administração deverá restabelecer, por aditamento, o equilíbrio econômico-financeiro inicial, nos termos do § 6º do art. 65 da Lei 8.666/93.

### **DO REAJUSTE**

**(Art. 55, III, da Lei n. 8666/93)**

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA** - Os valores estipulados neste Contrato poderão ser reajustados, desde que observado o interregno mínimo de um ano, contado da data limite para apresentação da proposta (art. 3º, § 1º da Lei nº 10.192/2001 e Acórdão TCU 19/2017 - Plenário) ou, nos reajustes subsequentes ao primeiro, contado da data de início dos efeitos financeiros do último reajuste ocorrido, poderão ser reajustados para preservar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato (art. 40, XI, c/c o art. 55, III, da Lei nº 8.666/93), adotando-se a variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, por ser mais compatível com a variação de preços do objeto contratado.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**Subcláusula Única** – Sempre que houver nova regulamentação no setor, modificação substancial na política econômico-financeira, imposição por decisão judicial, ou ajustes entre as partes diferentes das condições aqui pactuadas, com comprovada repercussão financeira no contrato, os valores poderão ser revistos e aplicados, tendo em conta os novos patamares de custos.

**DA RESCISÃO CONTRATUAL**

**(Art. 55, VIII e IX, da Lei n. 8666/93)**

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA** – O presente Contrato poderá ser rescindido de pleno direito, por inexecução de quaisquer das obrigações estipuladas, sujeitando a CONTRATADA, a exclusivo juízo do CONTRATANTE, à indenização dos prejuízos que resultarem da paralisação dos serviços e demais consequências previstas na seção “Das Sanções Administrativas” deste instrumento.

**1.** A rescisão contratual poderá ser:

- a) Por ato unilateral e escrito da administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII, XVII e XVIII do artigo 78 da Lei 8.666/93;
- b) Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo nos autos respectivos, desde que haja conveniência da Administração CONTRATANTE; e
- c) Judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria.

**2.** Nos termos do Art. 2º, V c/c o Art. 3º da Resolução do Conselho Nacional de Justiça nº 7, de 18 de outubro de 2005, constitui também causa de rescisão contratual a contratação pela CONTRATADA, na vigência do contrato, de empregados, bem como a admissão em seu quadro societário de pessoas, que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados a este Tribunal.

**3.** A rescisão contratual de que trata o inciso I do art. 79 acarretará as consequências previstas no art. 80, inciso IV, da Lei n. 8.666/93, sem prejuízo das demais cominações previstas no mesmo diploma legal.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS**  
**(Lei Geral de Proteção de Dados n. 13.709/2018)**

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA** – Quanto à proteção de dados pessoais, deverá ser observado o que segue:

I - Os dados digitais envolvidos na presente contratação e suas aplicações estão sujeitos ao cumprimento da LEI Nº 13.709, DE 14 DE AGOSTO DE 2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), bem como às suas atualizações e regulamentações.

A. Todas as partes envolvidas direta ou indiretamente nesta contratação, seus conselheiros, sócios, diretores, prepostos, funcionários, representados ou terceiros contratados, em comunhão de esforços, se comprometerão a prestar e tomar os serviços ora contratados de acordo com a LGPD.

B. As partes em questão, na qualidade de Agentes de Tratamento, adotarão todas as medidas necessárias para que as operações realizadas durante a prestação dos serviços contratados respeitem as diretrizes estipuladas pela LGPD, bem como os seus seguintes princípios: da finalidade; adequação; necessidade; livre acesso; qualidade dos dados; transparência; segurança; prevenção; responsabilização; e, prestação de contas.

C. Será assegurado aos titulares dos dados pessoais que, em decorrência do contrato ora instrumentalizado, tenham seus dados tratados pelas partes contratantes, os seguintes direitos:

1. Confirmação da existência do tratamento e acesso aos Dados Pessoais;
2. Correção de dados incompletos, inexatos ou desatualizados;
3. Portabilidade dos seus dados pessoais a outro prestador de serviços ou produtos;
4. Eliminação dos Dados Pessoais de sua titularidade, ressalvadas as hipóteses de guarda para cumprimento de obrigação legal ou regulatória; e,
5. A revogação do consentimento para o Tratamento dos Dados Pessoais.

D. No intuito de garantir ao titular os direitos referidos acima, as Partes se comprometem a:

1. Manter total discrição e sigilo relativos às informações uma da outra recebidas e produzidas no decorrer da execução dos serviços ora contratados, comprometendo-se a não as divulgar, nem as fornecer a terceiros que não estejam descritos neste Contrato ou em seus anexos;
2. Tratar os dados pessoais dos titulares de acordo com os termos previstos na legislação, comprometendo-se a recolher, registrar, organizar, consultar ou



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

transmitir tais dados apenas e somente nos casos em que o seu titular tenha dado o consentimento expresso e inequívoco;

3. Tratar os dados pessoais de modo compatível com as finalidades para as quais tais dados tenham sido fornecidos;

4. Conservar os dados pessoais apenas durante o período necessário à execução dos serviços contratados e/ou para atingir a finalidade pretendida, garantindo-se ao seu titular a respectiva confidencialidade;

5. Implementar as medidas técnicas e organizacionais necessárias para proteger os dados contra a destruição, acidental ou ilícita, a perda acidental, a alteração, a difusão ou o acesso não autorizado, bem como contra qualquer outra forma de tratamento ilícito;

6. Em caso de quebra ou suspeita de quebra de segurança que venha a expor, ou poder expor, ilicitamente os dados pessoais tratados, as Partes deverão imprimir seus melhores esforços para tomar todas as medidas cabíveis para investigar e resolver o ocorrido;

7. Garantir o exercício, pelos titulares dos dados pessoais, dos seus respectivos direitos;

8. Assegurar que os seus respectivos colaboradores ou os seus prestadores de serviços externos por si contratados e que venham a ter acesso a dados pessoais no contexto do Contrato cumprem as disposições legais aplicáveis em matéria de proteção de dados pessoais, designadamente, não cedendo ou divulgando tais dados pessoais a terceiros, nem deles fazendo uso para quaisquer fins que não os estritamente consentidos pelos respectivos titulares.

II. Ficam ambas as partes sujeitas às legislações vigentes na data da assinatura deste Contrato, bem como em caso de atualizações futuras;

III. Se, em decorrência de uma ordem judicial ou administrativa emanada por Autoridade Competente, qualquer uma das Partes for obrigada a fornecer quaisquer dados pessoais transmitidos pela contraparte, o respectivo Controlador deverá ser notificado a respeito dentro do prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

IV. As Partes comprometem-se por si, seus sócios, colaboradores e prestadores de serviços a adotar todas as medidas necessárias para garantir que os dados pessoais transmitidos pelo respectivo Controlador não sejam utilizados indevidamente, tampouco sejam alvo de apropriação indébita, roubo ou divulgação a pessoas não autorizadas, de forma que tais medidas devem garantir no mínimo:

1. A destruição dos dados pessoais transmitidos a pedido do Controlador e/ou do respectivo titular;

2. A destruição de todo dado pessoal e/ou informação excedente para as finalidades pretendidas, desatualizada ou errônea;



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

3. Registro atualizado do tratamento dos dados pessoais transmitidos pelo Controlador;
4. Registro acerca de qualquer situação que possa vir a pôr em risco os dados pessoais objeto de tratamento, o qual deverá ser apresentado ao respectivo Controlador em prazo não superior a 24 (vinte e quatro) horas;
5. A transferência definitiva dos dados objeto de tratamento, por parte do Controlador, para repositório de sua exclusiva escolha, sem a elaboração de qualquer tipo de cópia ou backup.

V. As Partes assumem a responsabilidade de assegurar e garantir ao respectivo Controlador que todos os seus funcionários e/ou prestadores de serviços que irão ou poderão ter acesso aos dados pessoais transmitidos pelo Controlador têm a obrigação formalizada documentalmente de não tratar tais dados em desacordo com as disposições constantes neste instrumento, garantindo-se ao Controlador o seu pleno e fiel cumprimento.

VI. Caso qualquer uma das Partes, sem incorrer em culpa, venha a ser responsabilizada judicial ou administrativamente por eventuais falhas no tratamento dos dados pessoais realizado pela contraparte, lhe será assegurado o direito de regresso por conta dos prejuízos que experimentar, sendo possível ainda buscar indenização suplementar perante o Poder Judiciário.

VII. Os responsáveis diretos pela segurança dos dados disposta nesta Cláusula, serão:

1. Pela CONTRATADA, o signatário deste contrato, o qual poderá ser futuramente alterado; e
2. Pelo CONTRATANTE, o servidor designado pela Administração do TRE-RO.

## **DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**(Artigo 55, XII, da Lei 8.666/93)**

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA** – Esta contratação fundamenta-se no artigo 4º, XXII, da Lei 10.520/2002 e à execução do presente contrato e aos casos omissos aplicar-se-ão o disposto no Edital de Pregão Eletrônico supramencionado e seus Anexos, nas 8.666/1993 (Licitações e Contratos) e 10.520/2002 (Pregão Eletrônico), Decretos Federais 9507/2018, 10.024/2019, 5.296/2004, 5.626/2005, Instrução Normativa SLTI/MPOG 05/2017, Resolução TSE 23.702/2022, Resolução CNJ nº 401/2021, Manual de Gestão de Contratos da Justiça Eleitoral, Instrução Normativa TRE-RO





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

04/2008 e, supletivamente, Lei 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor), Lei 10.406/2002 (Código Civil), e Lei 13.709/2018 (Proteção de Dados), assim como decisões e orientações do Tribunal de Contas da União - TCU e do Conselho Nacional de Justiça – CNJ e demais normas aplicáveis ao objeto deste instrumento.

**Subcláusula única** - Não se aplica ao objeto do presente instrumento o inciso X do artigo 55 da Lei 8.666/93.

### **DA PUBLICAÇÃO**

**(Art. 61, parágrafo único, da Lei 8666/93)**

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA** - O CONTRATANTE providenciará a publicação resumida do presente instrumento e, se for o caso, de seus aditamentos, no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral de Rondônia e no Diário Oficial da União, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, na forma do Parágrafo único do Art. 61, da Lei n. 8.666/1993.

### **DO FORO**

**(Art. 55, § 2º, da Lei 8666/93)**

**CLÁUSULA DÉCIMA NONA** - Em cumprimento ao art. 55, § 2º da Lei nº 8.666/93, o Foro legal para solucionar questões resultantes da aplicação deste contrato ou a ela relativas, não resolvidas na esfera administrativa, é o da Seção Judiciária do Estado de Rondônia, com sede em Porto Velho/RO.

E por estarem, **CONTRATANTE** e **CONTRATADA**, assim acordados, lavrou-se o presente Contrato, que após lida e achada conforme, foi assinada por meio do Sistema Eletrônico de Informação – SEI, e pelas testemunhas abaixo.

Porto Velho-RO, 13 de dezembro de 2022.





**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

|                                                        |                                                                    |
|--------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------|
| <b>LIA MARIA ARAÚJO LOPES</b><br>Pelo CONTRATANTE      | <b>FELIPE LACERDA SILVA</b><br>Pela CONTRATADA                     |
| Aldací Souza Mota<br>CPF: ***.504.772-**<br>Testemunha | Luciano da Silva Santos Braga<br>CPF: ***.434.482-**<br>Testemunha |



Documento assinado eletronicamente por **FELIPE LACERDA SILVA, Usuário Externo**, em 13/12/2022, às 14:19, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 13/12/2022, às 16:21, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ALDACÍ SOUZA MOTA, Técnico Judiciário**, em 13/12/2022, às 16:24, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **LUCIANO DA SILVA SANTOS, Auxiliar Administrativo(a)**, em 13/12/2022, às 16:26, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0956401** e o código CRC **46230A9E**.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - [www.tre-ro.jus.br](http://www.tre-ro.jus.br)

### **TERMO DE REFERÊNCIA Nº 6/2022 - PRES/DG/SGP/COEDE/SEGED**

## **TERMO DE REFERÊNCIA**

### **1. INTRODUÇÃO**

Apresenta-se o presente, em cumprimento ao disposto no artigo 3º, Incisos I a III, da Lei nº 10.520/2002 e art. 3º, XI c/c o art. 8º, II do Decreto Federal nº 10.024/2019, artigo 6º, § 1, item III do Decreto Federal nº 5.296/2004 (Atendimento a pessoa com deficiência auditiva, prestado por intérpretes ou pessoas capacitadas em Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS), no Decreto Federal nº 5.626/2005 (Regulamenta a Lei nº 10.436/2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras) e na Resolução CNJ nº 401/21 (Dispõe sobre o desenvolvimento de diretrizes de acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiência nos órgãos do Poder Judiciário) para fins de contratação, mediante pregão eletrônico, de empresa especializada na prestação de serviços de intermediação em Libras (Tradução/Interpretação de Libras/Português) via Transmissão de áudio, vídeo, texto (chat) e telefonia em tempo real entre o Usuário, os intérpretes designados pelo Serviço e a pessoa ouvinte, para fins de oferta ao Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia.

### **2. DESCRIÇÃO DO OBJETO:**

Serviço de intermediação em Libras com atendimento por meio de intérpretes humanos conectados remotamente, com uso de plataforma digital, disponibilizado via Internet para pessoas com deficiência auditiva, alcançando todos os pontos de atendimento ao cidadão disponíveis na Justiça eleitoral de Rondônia, visando a garantia, conforme legislação em vigor, da acessibilidade de comunicação aos cidadãos que se comunicam por meio da Língua Brasileira de Sinais (Libras).



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

### **2.1. Modalidades de acesso ao serviço:**

**2.1.1.** Atendimento de cidadãos em balcões, audiências e interações com a Justiça Eleitoral;

**2.1.2.** Interpretação síncrona de eventos presenciais ou transmitidos em plataformas digitais.

## **3. JUSTIFICATIVA**

**3.1. DA OPORTUNIDADE** – Segundo dados do IBGE, em 2010, já haviam mais de 9 milhões de pessoas com deficiência auditiva no Brasil.

Nesta perspectiva, considerando os atendimentos realizados pela Secretaria do Tribunal e Cartórios Eleitorais, verifica-se a importância da interação, da informação e da comunicação de modo cuidadoso e responsável, procurando atender a todas as pessoas, sobretudo aquelas pessoas surdas, com deficiência auditiva ou deficiência sensorial, que buscam atendimento e informações. Ao mesmo tempo, os eventos realizados pela Justiça Eleitoral em Rondônia, que compreendem palestras, treinamentos e interações com o público externo de diversas naturezas, carecem de acessibilidade para esse público.

Visando a garantia dos direitos das pessoas com deficiência auditiva ou surdas e atendendo à legislação em vigor, cabe a este Tribunal prover meios para acesso à comunicação e à informação.

Assim, mostra-se necessária a contratação do serviço de Intermediação em Libras, SIL.

O serviço atenderá ao disposto na Res. CNJ 401/2021, que dispõe sobre a acessibilidade a ser implementada no Poder Judiciário.

**3.2. DOS LOCAIS DE ATENDIMENTO** – por se tratar de plataforma digital, o atendimento se dará em todo o estado de Rondônia.

**3.3. DO ALINHAMENTO ESTRATÉGICO** - A presente contratação também materializa o Objetivo Estratégico “Garantia dos Direitos Fundamentais”, na medida em que proporciona inclusão e acessibilidade às pessoas com deficiência auditiva.

## **4. SERVIÇO DE INTERMEDIÇÃO EM LIBRAS – SIL**

**4.1.** Os serviços consistem na mediação da comunicação entre o cidadão surdo, pessoas com deficiência auditiva, usuário ou não de LIBRAS e



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

ouvinte. Esse serviço ocorrerá na modalidade virtual sendo: Tradução/Interpretação de Libras/Português via Transmissão de áudio, vídeo, texto (chat) e telefonia em tempo real entre a pessoa com deficiência auditiva, os intérpretes designados pelo Serviço e o Ouvinte.

### **5. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS**

**5.1** O serviço consiste na disponibilização de intérpretes de Libras e linguagem de sinais nativa, com o fim de intermediar os atendimentos e serviços prestados pela Justiça Eleitoral de Rondônia aos cidadãos, com o uso de recursos tecnológicos para atendimento remoto, conforme descrito no item 9.

**5.2.** O serviço deve estar disponível nos dias e horários descritos no item 17;

**5.3.** Os intérpretes disponíveis deverão ser profissionais habilitados, certificados e com experiência comprovada por meio de atestados de capacidade técnica ou certificado de atuação como intérpretes em eventos;

**5.4.** O serviço deve ser acessado por meio de dispositivos móveis ou qualquer dispositivo habilitado para acesso à internet;

**5.5.** O serviço poderá ser acessado por meio de link a ser disponibilizado na página do TRE-RO;

**5.6.** O serviço deverá manter-se ativo ininterruptamente, cabendo à contratada prover os meios necessários de infraestrutura tecnológica e segurança para esse fim.

### **6. DAS CONDIÇÕES DA CONTRATAÇÃO**

A CONTRATADA deverá atender as seguintes condições:

**6.1.** Todas as ferramentas disponibilizadas devem contemplar a opção do idioma Português (brasileiro);

**6.2.** A CONTRATADA deverá prover documentação técnica e de treinamento, mantendo essas capacitações em meio digital para que possam ser acessados por novos integrantes da equipe da CONTRATANTE, sempre que necessário; e

**6.3.** A CONTRATADA deverá comprovar, por meio de seu Contrato Social que atua no fornecimento de mão-de-obra especializada em TRADUÇÃO, INTERPRETAÇÃO DE LIBRAS (CNAE 7490-1/01) .



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

### **7. ARQUITETURA MACRO DA SOLUÇÃO**

**7.1.** A solução deve ser desenhada para atender de forma segura e eficiente a intermediação da comunicação entre os servidores do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia e a parcela da população a ser atendida;

**7.2.** A plataforma deverá receber chamadas via website, por meio de dispositivos que admitam conexão através da Internet;

**7.3.** O serviço deverá atender cidadãos que busquem a Justiça Eleitoral em eventos síncronos transmitidos digitalmente, ou eventos presenciais, atendimentos de balcão, audiências, entrevistas e outras atividades que exijam a comunicação interna ou externa;

**7.3.1.** As atividades de atendimento ao público que ocorrem em balcões de atendimento, seções eleitorais, locais de votação poderão ocorrer sem prévio agendamento do serviço;

**7.3.2.** As atividades de entrevistas, capacitações, transmissões de eventos, eventos não transmitidos via Internet mas que comportem público externo, cuja duração estimada seja superior a 20 minutos, deverão ser previamente agendadas pela CONTRATANTE, para que a CONTRATADA disponibilize mais de um intérprete para atender simultaneamente;

**7.4.** O serviço poderá ser acessado pelo cidadão por meio de *links* disponibilizados em meios digitais, códigos digitalizáveis (QR-Code) ou outros acessos disponibilizados pela CONTRATADA, conforme a tecnologia disponível;

**7.5.** O serviço deverá contar com atendentes disponíveis em quantidade suficiente para a realização de, no mínimo, dez atendimentos simultâneos;

**7.6.** O serviço deverá contar com atendentes capazes de realizar interpretação na Língua Brasileira de Sinais e em língua sinalizada nativa (para o caso do atendimento ser necessário para surdos não alfabetizados em Libras).

### **8. REQUISITOS FUNCIONAIS DE SOFTWARE**

**8.1.** As funcionalidades disponíveis na plataforma deverão atender aos seguintes requisitos:

**8.1.1.** Estar apta a receber acessos via Internet, possuindo compatibilidade com os sistemas operacionais Windows, Linux, MacOs, Android e iOS originados pelos usuários de qualquer computador com acesso à Internet ou telefone móvel, através de navegador padrão de mercado;



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**8.1.2.** Permitir o cadastramento de usuários que manterão os controles de uso, terão acesso a relatórios e configurações, criando para cada um deles uma conta com controle de acesso e senha;

**8.1.3.** Para concluir o cadastramento, o usuário deverá aceitar os termos de uso da solução, cuja redação será definida pela Contratante;

**8.1.4.** Possibilitar o cadastramento de Atendentes, Supervisores e Administradores com controle de acesso por usuário e senha;

**8.1.5.** Permitir a alteração da senha pelo próprio usuário;

**8.1.6.** Permitir o bloqueio de acesso para o caso de tentativas de acesso indevido;

**8.1.7.** Permitir a criação de filas de atendimento prioritárias e emergenciais, possibilitando ao administrador incluir, alterar, excluir e gerenciar em qualquer momento, sem a necessidade de alteração na Solução;

**8.1.8.** Permitir o monitoramento em tempo real das filas de atendimento;

**8.1.9.** Exibir ao usuário sua posição na fila de atendimento, atualizando automaticamente sempre que essa posição for alterada;

**8.1.10.** Permitir ao atendente realizar transferência de atendimentos entre filas e atendentes;

**8.1.11** Permitir a gravação do atendimento;

**8.1.12.** Permitir dentro de um único atendimento a comunicação simultânea de no mínimo 3 (três) pessoas em conferência;

**8.1.13.** Permitir que o usuário receba mensagens de texto ou vídeo em sua caixa postal, assim que realizar o acesso à Solução;

**8.1.14.** O Aplicativo de acesso deverá ter layout Whitelabel, podendo ser customizado, tanto no website, quanto nos dispositivos móveis de seus usuários;

**8.1.15.** Possuir módulo de consultas gerenciais por nível de autorização, definido no controle de acesso;

**8.1.16.** Fornecer relatórios informativos contendo estatísticas para avaliação da prestação dos serviços contratados. Tais informativos devem estar disponíveis em tempo real;

**8.1.17.** Possibilitar emissão de relatórios com o número de usuários na fila, a qualquer momento e em tempo real;

**8.1.18.** Possibilitar relatório com tempo mínimo, médio e máximo dos atendimentos;



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**8.1.19.** Possibilitar relatório com número de atendimentos em períodos variáveis;

**8.1.20.** Possibilitar relatório de todas as chamadas realizadas para o atendimento virtual em determinado período, com a identificação do atendido, data, horário, duração do atendimento e destino ou natureza da chamada (serviços públicos);

**8.1.21.** Possibilitar a emissão de relatório com número e relação de chamadas atendidas e não atendidas;

**8.1.22.** Possibilitar a emissão de relatório com tempo médio de espera para ser atendido;

**8.1.23.** Possibilitar a emissão de relatórios e gráficos dos atendimentos;

**8.1.24.** Possibilitar relatórios georreferenciados por tipo de atendimento com base no endereço do cadastro do usuário;

**8.1.25.** Manter as gravações em armazenamento pelo período de 12 meses de todos os atendimentos realizados;

**8.1.26.** Possuir banco de dados compatível com a plataforma disponível no mercado;

## **9. ATENDIMENTO**

**9.1.** O atendimento na modalidade virtual deverá ser realizado através de tecnologia de transmissão de vídeo, áudio, texto e telefonia em tempo real entre o cidadão e o SIL e deverá possibilitar acesso aos usuários das seguintes formas:

**9.1.1.** Através de acesso dos navegadores disponíveis no mercado, por meio de computadores, notebooks, tablets, via website utilizando navegadores padrão de mercado; ou

**9.1.2.** Através de aplicativo instalado em smartphones e tablets.

**9.2.** O sistema deverá informar ao usuário sua posição na fila de atendimento escolhida. Durante o tempo de espera na fila de atendimento a Solução deverá permitir a exibição de vídeos institucionais contendo mensagens em Libras e texto;

**9.3.** A Solução deverá permitir a criação, alteração e exclusão de serviços de atendimento de acordo com as necessidades da Contratante.

### **9.4. Acesso através de aplicativo**





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**9.4.1.** Deverão ser disponibilizados adicionalmente aplicativos do SIL para os principais sistemas operacionais (IOS e Android);

**9.4.2.** Após fazer o download e a instalação do aplicativo, o usuário deverá efetuar seu cadastro, informando seus dados pessoais e definindo sua senha pessoal;

**9.4.3.** Ao iniciar o aplicativo, o usuário deverá informar seu login e senha, e então escolher o tipo de atendimento desejado;

### **9.5. Usuários ou não de Libras**

**9.5.1. Atendimento em 2 (dois) pontos (onde Surdo ou a Pessoa com Deficiência Auditiva e o Ouvinte estão no mesmo local fisicamente enquanto o Intérprete está no Serviço de Interpretação de Libras);**

**9.5.1.1.** O usuário surdo deverá visualizar o Intérprete por vídeo ao mesmo tempo em que o Intérprete se comunicará com o usuário ouvinte através de telefone ou áudio do equipamento que está realizando a conexão;

**9.5.1.2.** O Intérprete deverá expressar em Português por áudio aquilo que o usuário sinalizar, e deverá sinalizar em Libras para o usuário através de vídeo o que for falado pelo Usuário ouvinte;

**9.5.2. Atendimento em 3 (três) pontos (onde Surdo ou a Pessoa com Deficiência Auditiva, Ouvinte e Intérprete estão cada um em um local diferente);**

**9.5.2.1.** O usuário surdo e o Intérprete deverão se visualizar por vídeo;

**9.5.2.2** O usuário informará para o Intérprete o número do telefone da unidade da Secretaria do TRE - RO ou do Cartório Eleitoral para qual ele quer ligar;

**9.5.2.3.** O Intérprete deverá realizar a chamada telefônica para o número informado e se comunicar com o servidor (ouvinte);

**9.5.2.4.** O Intérprete deverá falar pelo telefone tudo que o usuário sinalizar, e sinalizar em Libras para o usuário através de vídeo o que foi falado pelo servidor ouvinte;

**9.5.3. Surdos oralizados ou Pessoas com Deficiência Auditiva (falam, mas não ouvem)**

**9.5.3.1.** Atendimento em 2 (dois) pontos (onde Surdo ou a Pessoa com Deficiência Auditiva e Ouvinte estão no mesmo local fisicamente e o intérprete será acessado pelo aplicativo);



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**9.5.3.1.1.** O usuário surdo deverá visualizar o Intérprete por vídeo ao mesmo tempo em que o Intérprete se comunicará com o servidor (ouvinte) através de telefone ou áudio do equipamento que está realizando a conexão;

**9.5.3.1.2.** O Intérprete deverá sinalizar em Libras para o usuário através de vídeo o que foi falado pelo ouvinte;

**9.5.3.2.** Atendimento em 3 (três) pontos (onde o Surdo ou a Pessoa com Deficiência Auditiva, Ouvinte e Intérprete estão cada um em um local diferente);

**9.5.3.1.** A Solução/aplicativo deverá permitir ligações de áudio onde o Surdo ou a Pessoa com Deficiência Auditiva se comunica utilizando a sua própria voz;

### **9.6. Atendimento a eventos e interações síncronas**

**9.6.1.** A Contratante agendará com antecedência de 48 horas, em período não eleitoral, e 24 horas em período eleitoral, a necessidade de intérpretes contendo:

- a) o nome do evento;
- b) dia, hora e local do evento;
- c) estrutura a ser utilizada para o evento e para que as apresentações, falas e telas sejam disponibilizadas em tempo real para os intérpretes;
- d) quantidade de facilitadores e palestrantes e outras informações que se fizerem necessárias;
- e) duração estimada do evento.

**9.6.2.** A Contratada providenciará a quantidade de intérpretes necessários para a tradução ao vivo da atividade, com antecedência mínima de 15 minutos, para verificações de tecnologia e testes;

**9.6.3.** A Contratante gerará os links e códigos de acesso para que os cidadãos possam acionar a plataforma, quando necessário;

**9.6.4.** A tradução simultânea será transmitida, via aplicativo, para os dispositivos do cidadão;

**9.6.5.** Será disponibilizado, ao final da transmissão, um link para avaliação da qualidade da transmissão e tradução;

**9.6.6.** Caso a configuração do evento ou a disponibilidade tecnológica exigirem mudanças na forma de transmissão de eventos síncronos, a CONTRATADA, em comum acordo com a CONTRATANTE, poderá



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

propor diferentes configurações para garantir que a pessoa surda seja plenamente atendida.

### **10. DISPONIBILIZAÇÃO DE ACESSO AOS COMPONENTES DA SOLUÇÃO E AVALIAÇÃO DOS REQUISITOS FUNCIONAIS**

**10.1.** A CONTRATADA deve disponibilizar, na sua integralidade, o atendimento do item 7, e no mínimo, 90% das ferramentas requeridas nos demais itens, mediante validação positiva dos itens requisitados, neste Termo de Referência;

**10.2.** Canais Digitais: A CONTRATADA deverá disponibilizar os componentes de Software referentes à funcionalidade dos itens inerentes aos recursos de interação entre a CONTRATANTE e o Cidadão, a saber:

**10.2.1.** Aplicativo Móvel;

**10.2.2.** Portal WEB;

**10.2.3.** CHAT.

**10.3.** Qualquer ocorrência imprevista ou erro na Solução disponibilizada, deverá ser corrigida pela CONTRATADA em até 72 (setenta e duas) horas contadas a partir da comunicação do fato;

### **11. AUDITORIA E CONTROLE**

**11.1.** A Solução deve possuir ferramenta de administração web com mecanismos de log, rastreamento e auditoria de todas as transações e funcionalidades disponíveis na Plataforma SIL.

### **12. RELATÓRIOS**

**12.1.** A CONTRATADA deve fornecer ferramenta de Administração Web através de interface gráfica de usuário (GUI), customizável com a identidade visual de sistemas da Contratante, por meio da qual deverá ter acesso a todos os relatórios de atendimento e de tráfego telefônico, os quais devem fornecer os mesmos dados disponibilizados por uma plataforma de call center, tais como:

**12.1.1.** Dados de acesso, contemplando as informações de:

**12.1.1.1.** Usuário

**12.1.1.2.** Data e hora do acesso

**12.1.1.3.** Telefone de destino



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**12.1.2.** Dados de Atendimento, contemplando:

**12.1.2.1.** Tempo Médio de Ocupação - TMO

**12.1.2.2.** Tempo Médio de Atendimento – TMA

**12.1.2.3.** Tempo Médio de Espera – TME

**12.1.2.4.** Número de destino e duração das chamadas do SIL ao destino.

**12.2.** A CONTRATADA deverá disponibilizar online, à Contratante, todos os relatórios diários, semanais e mensais.

## **13. INCIDENTES E REQUISIÇÕES**

**13.1.** Deverá ser apresentado, pela CONTRATADA, um modelo de Operação e Suporte para tratamento de incidentes, problemas, mudanças, requisições de serviço, e demais disciplinas com base na Biblioteca ITIL®;

### **13.2. TRATAMENTO DE CHAMADOS**

**13.9.1.** A CONTRATADA deverá apresentar por escrito sua proposta do processo de Operação e Suporte, ou seja, abertura de chamado, acionamento, escalonamento, feedback, etc.

**13.9.2.** Devem ser prestados, pela CONTRATADA, os seguintes níveis de suporte:

**13.9.2.1.** Nível 1:

**13.9.2.1.1.** Help Desk com atendimento em português/LIBRAS para suportar os clientes em:

**13.9.2.1.2.** Abertura de chamados.

**13.9.2.1.3.** Tratamento de falhas.

**13.9.2.1.4.** Esclarecimento de dúvidas.

**13.9.2.1.5.** Monitoramento das aplicações.

**13.9.2.1.6.** Escalonamento de falhas.

**13.9.2.2.** Nível 2:

**13.9.2.2.1.** Equipe de Suporte para resolução de incidente/problemas.

**13.9.2.2.2.** Gestão de Mudanças.

**13.9.2.2.3.** Suporte a infraestrutura.

**13.9.2.2.4.** Gestão de Backup.

**12.9.2.3.** Nível 3:



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**13.9.2.3.1.** Equipe de Suporte Especializada.

**13.9.2.3.2.** Correção de *BugFix*.

**13.9.2.3.3.** Novas funcionalidade/upgrades.

**13.10.** Deverá ser provida ferramenta de gestão de mudanças e de chamados.

**13.11.** Deverá ser disponibilizada uma ferramenta para abertura, tratamento, acompanhamento e gestão de chamados para a solução. A ferramenta deverá permitir a extração de relatórios como volumetria e tempo de atendimento de chamados.

**13.12** Toda a arquitetura e suporte à infraestrutura da solução será de responsabilidade da CONTRATADA.

**13.13** As atividades dispostas nos três níveis de atendimento poderão ser alteradas em função da proposta da CONTRATADA, desde que, sejam aprovadas pela Contratante.

### **13.14. SOBRE PESQUISA DE SATISFAÇÃO DO USUÁRIO PELA CONTRATADA:**

**13.14.1.** A parametrização da pesquisa de satisfação é de responsabilidade da CONTRATADA. Pesquisa de satisfação a fim de mensurar o nível dos serviços prestados, tendo por base a manifestação do usuário.

**13.14.2.** IPS – Índice de Pesquisa de Satisfação: 80% de aprovação quanto aos serviços prestados pela CONTRATADA, do universo entrevistado.

**13.14.3.** O índice de satisfação será medido da seguinte maneira: Pesquisa de satisfação mensal, por meio de formulário disponível da página do serviço, elaborado pela CONTRATADA e validado pela Contratante.

**13.14.3.1.** Tempo Médio de Espera – TME: atendimento de 70% das chamadas em até 10 segundos (70/10).

**13.14.3.2.** Taxa de abandono das ligações inferior a 8%.

**13.14.3.3.** Qualidade da interpretação, conforme a destreza, facilidade de entendimento, tempo de resposta.

## **14. INFRAESTRUTURA**

**14.1.** A Solução deve estar apta a integrações com sistemas da Contratante preferencialmente via Web Service. Contudo, a CONTRATADA poderá



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

sugerir outras formas de integração que serão validadas pela CONTRATANTE.

### **15. TREINAMENTO**

**15.1.** A CONTRATADA deverá prever na proposta de solução, vídeo em LIBRAS e em Português, de caráter orientativo para a capacitação dos usuários, inclusive com deficiência auditiva, a ser disponibilizado nos websites da Contratante, bem como no Aplicativo para os smartphones, devendo apresentar layout *whitelabel*, a ser customizado pela CONTRATANTE;

**15.2.** Os vídeos devem possuir padrão de qualidade que siga as melhores práticas de mercado, devendo ser objeto de aprovação prévia da Contratante. E, poderão ser atualizados de acordo com as necessidades da Contratante.

### **16. POLITICA DE PRIVACIDADE E DADOS DOS USUÁRIOS**

**16.1.** Os dados dos usuários deverão ser utilizados apenas para prover a intermediação da comunicação e devem ser mantidos de forma segura, íntegra e sigilosa, nos termos da legislação aplicável à matéria;

**16.2.** Os dados dos clientes devem ser obtidos de forma justa e legal, de acordo com a legislação brasileira e dos termos e condições de uso da Solução.

### **17. DO HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DOS SERVIÇOS**

**17.1.** O funcionamento do Serviços de Intermediação em Libras - SIL ocorrerá das 07h às 18h em dias úteis, conforme horário de Rondônia;

**17.2.** Nos meses de agosto a novembro, em anos eleitorais, das 07h às 22h, de segunda a domingo, conforme horário de Rondônia.

### **18. COBERTURA DO ATENDIMENTO**

**18.1.** Os serviços da CONTRATANTE estão disponíveis para Cidadãos usuários dos serviços da Justiça Eleitoral de Rondônia.

### **19. SEGURANÇA**



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**19.1.** A CONTRATADA deve classificar cada ativo que seja parte do Sistema quanto à importância, ameaças, vulnerabilidades e riscos envolvidos.

**19.2.** A CONTRATADA deve manter toda e qualquer forma de documentação em um local seguro, bem como a documentação relacionada ao esquema de licenciamento.

**19.3.** A CONTRATADA deve atribuir dupla custódia às contas administrativas.

**19.4.** A CONTRATADA deve inicializar os serviços por contas de usuários não padrão, locais e sem privilégios administrativos.

**19.5.** A CONTRATADA deve verificar periodicamente os arquivos de inicialização quanto a sua integridade e a existência de comandos maliciosos.

**19.6.** A CONTRATADA deve criar uma rotina de auditoria para verificação dos usuários cadastrados no servidor.

**19.7.** A CONTRATADA deve assegurar que todos os usuários do Sistema sejam devidamente cadastrados, e-mail, dados cadastrais, entre outros.

**19.8.** Deve desabilitar todos os protocolos e serviços que não sejam estritamente necessários ao provimento do serviço do contrato.

**19.9.** Deve permitir ao usuário que altere sua própria senha, que deve conter pelo menos 8 (oito) caracteres entre numéricos e alfanuméricos, com políticas, regras de formação, expiração e troca de senhas configuráveis.

**19.10.** Deve restringir a exibição da senha enquanto ela estiver sendo digitada por opção do usuário.

**19.11.** Deve possibilitar que a senha do usuário seja alterada no primeiro login, em sendo o caso definido como aplicável.

**19.12.** Deve possuir controle de histórico de senhas, evitando que as últimas senhas sejam reutilizadas. A quantidade das últimas senhas que não podem ser utilizadas deve ser parametrizável.

**19.13.** Deve permitir personalizar o período, em dia, de expiração da senha do usuário.

**19.14.** Deve permitir o bloqueio de usuário.

**19.15.** Deve armazenar as senhas de forma criptografadas.

**19.16.** Deve impedir que o log possa ser modificado por qualquer tipo de usuário. A geração do log não deve impactar na performance da aplicação.





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**19.17.** Deve utilizar sistemas de prevenção de intrusão (IPS) em pontos críticos do ambiente no intuito de mitigar riscos de exploração de falhas, ataques de negação de serviço, violação da segurança perimetral, entre outros.

**19.18.** Deve gerar log de acesso e este deverá ser armazenado no período de no mínimo 5 (cinco) anos. Este log deve permitir trilha de auditoria, tanto para o aplicativo, banco de dados e sistema operacional.

**19.19.** Deve permitir que a Contratante, desde que agendado e acordado previamente, realizem testes de segurança no ambiente e/ou análises de risco e conformidade, incluindo, mas não se limitando, às dependências físicas do prestador.

**19.20.** A CONTRATADA deve garantir que os equipamentos empregados na intermediação do SIL devem garantir fidelidade, sigilo, confidencialidade e integralidade das mensagens.

**19.21.** A CONTRATADA, em sua proposta, deve prever recursos tecnológicos e facilidades necessários à suspensão de sigilo de telecomunicações, determinada por autoridade judiciária ou legalmente investida desses poderes, e manter controle permanente de todos os casos, acompanhando a efetivação dessas determinações e zelando para que elas sejam cumpridas dentro dos estritos limites autorizados, nos casos que lhe couber.

## **20. IDENTIDADE VISUAL**

**20.1.** O Portal de Gestão deverá obedecer aos padrões de identidade visual da Contratante;

**20.2.** Todos os layouts e interfaces deverão ser objeto de aprovação da CONTRATANTE.

## **21. DA DOCUMENTAÇÃO:**

**21.1.** Todas as configurações de rede relacionadas aos recursos e regras das soluções de “firewall”, referentes às conexões com a CONTRATADA devem ser documentadas e disponibilizadas à CONTRATANTE toda vez que ocorrer alteração nas configurações.

## **22. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL**



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**I** - O Decreto Federal n. 10.024/2019, que regulamenta a licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica, materializa o Princípio do Desenvolvimento Sustentável, recentemente albergado no art. 3º da Lei n. 8.666/93, observado nas etapas do processo de contratação, em suas dimensões econômica, social, ambiental e cultural, no mínimo, com base nos planos de gestão de logística sustentável dos órgãos e das entidades.

**II** - De acordo com o art. 6º da IN SLTI/MPOG n. 001/2010, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na contratação de execução de serviços pela Administração Pública Federal direta, na contratação de serviços, a Administração Pública poderá exigir critérios de sustentabilidade ambiental.

### **III - São critérios de sustentabilidade do corrente processo:**

a) será exigido da futura contratada que utilize, desde que possível, a via digital para envio ao contratante de todos os documentos decorrentes da execução do contrato;

b) o uso de meios digitais para a comunicação entre as partes, com assinaturas digitais, sempre que possível.

### **22.1. Atendimento aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS**

A contratação obedece aos critérios do **ODS 10: Redução das desigualdades**, bem como ao **ODS 16: Paz, justiça e instituições eficazes**, por priorizar o atendimento igualitário de pessoas com deficiência auditiva e promover eficácia no atendimento ao cidadão.

## **23. DO VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO**

**23.1.** O valor total estimado da contratação é de R\$ 79.155,40 (setenta e nove mil cento e cinquenta e cinco reais e quarenta centavos), conforme detalhamento contido na **Informação nº41/2022** - **PRES/DG/SAOFC/COMAP/SLC**, juntada no evento [0850515](#) e reproduzida apenas no essencial no quadro adiante:

### **Quadro 1. Pesquisa de mercado, estimativa por hora de interpretação**

| MERCADO | EVENTO | QUANTIDADE ESTIMADA | VALOR | VALOR TOTAL |
|---------|--------|---------------------|-------|-------------|
|---------|--------|---------------------|-------|-------------|

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

|                            |                         | <b>EM HORAS<br/>(12 MESES)</b> | <b>HORA</b>     | <b>(12 MESES)</b>   |
|----------------------------|-------------------------|--------------------------------|-----------------|---------------------|
| <b>REQUINT<br/>EVENTOS</b> | <a href="#">0850505</a> | 500                            | R\$ 508,30      | R\$<br>254.150,00   |
| <b>AME</b>                 | <a href="#">0850507</a> | 500                            | R\$ 400,00      | R\$<br>200.000,00   |
| <b>SHOW CASE</b>           | <a href="#">0850509</a> | 500                            | R\$ 499,80      | R\$<br>249.900,00   |
| <b>IERO</b>                | <a href="#">0850510</a> | 500                            | R\$ 220,00      | R\$<br>110.000,00   |
| <b>EDUCALIBRAS*</b>        | <a href="#">0850512</a> | 500                            | R\$<br>2.000,00 | R\$<br>1.000.000,00 |
| <b>MAX VIDEOS</b>          | <a href="#">0850513</a> | 500                            | R\$ 700,00      | R\$<br>350.000,00   |
| <b>SIGNUMWEB*</b>          | <a href="#">0854136</a> | 500                            | R\$ 144,00      | R\$<br>72.000,00    |

**Quadro 2. Estimativa de valor da contratação****2022**

| <b>DESCRIÇÃO</b>                                                                      | <b>QUANTIDA<br/>DE<br/>ESTIMADA<br/>DE<br/>HORAS ME<br/>NSAIS (A)</b> | <b>VALOR<br/>POR<br/>HORA ESTI<br/>MADO<br/>UNITÁRIO<br/>(B)</b> | <b>QUANTIDAD<br/>E ESTIMADA<br/>EM HORAS<br/>PARA<br/>2 MESES<br/>(2022) (C)</b> | <b>VALO<br/>R<br/>TOTAL<br/>MENSA<br/>L (D =<br/>A X B)</b> | <b>VALOR<br/>TOTAL<br/>EM 2022<br/>-<br/>2 MESES<br/>(E = D X<br/>2)</b> |
|---------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------|
| Serviço de intermediação em Libras com atendimento por meio de intérpretes conectados | 40                                                                    | R\$ 465,62                                                       | 80                                                                               | R\$<br>18.624,8<br>0                                        | R\$<br>37.249,60                                                         |

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

|                                                                                                                                                                                                                                                                    |  |  |  |                      |  |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--|--|--|----------------------|--|
| remotamente, com uso de plataforma digital, nas modalidades:<br><b>a)</b> Atendimento de cidadãos em balcões, audiências e interações com a Justiça Eleitoral;<br><b>b)</b> Interpretação síncrona de eventos presenciais ou transmitidos em plataformas digitais. |  |  |  |                      |  |
| <b>VALOR ESTIMADO - 2022</b>                                                                                                                                                                                                                                       |  |  |  | <b>R\$ 37.249,60</b> |  |

**2023**

| DESCRIÇÃO                                                                             | MESES               | QUANTIDADE ESTIMADA DE HORAS MENSAIS (A) | VALOR POR HORA ESTIMADO UNITÁRIO (B) | QUANTIDADE ESTIMADA DE MESES (C) | VALOR TOTAL MENSAL (D = A X B) | VALOR TOTAL (E = D X C) |
|---------------------------------------------------------------------------------------|---------------------|------------------------------------------|--------------------------------------|----------------------------------|--------------------------------|-------------------------|
| Serviço de intermediação em Libras com atendimento por meio de intérpretes conectados | Janeiro e fevereiro | Até 5 horas                              | R\$ 465,62                           | 2                                | 2.328,10                       | 4.656,20                |
|                                                                                       | Março a outubro     | Até 10 horas                             |                                      | 8                                | 4.656,20                       | 37.249,60               |



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

|                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              |                      |  |  |  |  |  |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------|--|--|--|--|--|
| remotamente,<br>com uso<br>de plataforma<br>digital, nas<br>modalidades:<br><br><b>a)</b> Atendimento<br>de cidadãos em<br>balcões,<br>audiências e<br>interações com<br>a Justiça<br>Eleitoral;<br><br><b>b)</b> Interpretação<br>o síncrona de<br>eventos<br>presenciais ou<br>transmitidos<br>em plataformas<br>digitais. |                      |  |  |  |  |  |
| <b>VALOR ESTIMADO -<br/>2023</b>                                                                                                                                                                                                                                                                                             | <b>R\$ 41.905,80</b> |  |  |  |  |  |

**2022/2023**

|                              |                          |
|------------------------------|--------------------------|
| <b>VALOR GLOBAL ESTIMADO</b> | <b>R\$<br/>79.155,40</b> |
|------------------------------|--------------------------|

\* Para cálculo da estimativa de valor da contratação foram excluídos o maior e o menor valor praticado.

**23.2. Os valores serão contabilizados por minutos de atividade multiplicados pela quantidade de intérpretes envolvidos, de acordo com os relatórios mensais emitidos pelo sistema.**

**23.3. A disponibilização de códigos distintos para as unidades e pontos de atendimento não será tarifada.**



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

### **23.4. Da Aderencia Orçamentária**

**23.4.1.** A contratação do serviço de intermediação em Libras , discriminado no presente Termo de Referência, está prevista no planejamento orçamentário desta Unidade para o exercício de 2022, conforme demonstrado no quadro abaixo. Observe-se que o valor contido no quadro é estimado, cabendo à Unidade verificar, ao final do processo licitatório, o valor exato a ser contratado para só então buscar os reforços orçamentários que se fizerem necessários:

| <b>FONTE ORÇAMENTÁRIA</b>            |                                                                                        |
|--------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>CATEGORIA (TIPO DE ORÇAMENTO)</b> | Ordinário                                                                              |
| <b>ITEM DE DESPESA</b>               | Serviço de Intermediação em Libras                                                     |
| <b>DESPESA AGREGADA</b>              |                                                                                        |
| <b>PLANO INTERNO</b>                 | ADM APOIO                                                                              |
| <b>VALOR</b>                         | R\$ 37.249,60 (trinta e sete mil duzentos e quarenta e nove reais e sessenta centavos) |

### **24. Estimativa de Atendimento**

**24.1.** A prestação dos serviços é estimada em 170 (cento e setenta) horas anuais de atendimento.

**24.2.** O atendimento será prestado nos locais designados pelo Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia. Todos os pontos de atendimento serão devidamente sinalizados, indicando a existência do serviço de Intermediação da Comunicação em Libras. A presente contratação remunera os serviços efetivamente prestados pelo tempo efetivo de interpretação sem limitar ou restringir do número de locais de atendimento à população.

### **25. DO CERTAME LICITATÓRIO**

#### **25.1. ADOÇÃO DA MODALIDADE DO PREGÃO ELETRÔNICO:**

I - Trata-se serviços comuns, posto que os padrões de desempenho e qualidade estão objetivamente definidos neste termo de referência por meio



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

de especificações usuais no mercado, sendo certo afirmar que não haverá aferição de outros fatores que possam influenciar no preço final dos serviços. Dessa forma, com fundamento no Art. 1º da Lei nº 10.520/2010 e no Art. 1º do Decreto Federal n. 10.024/2019, entende-se que deverá ser adotada a **modalidade de pregão, na forma eletrônica, do tipo menor preço, sob o regime de empreitada por preço unitário e execução indireta, na disputa por lances abertos**, para a seleção da proposta mais vantajosa dos serviços pretendidos neste TR.

### **25.2. DO REGIME DE EXCLUSIVIDADE NA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE NO CERTAME:**

I - O valor global do item único de serviços excede R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), portanto **NÃO** se aplica a regra de exclusividade na participação de ME/EPP disciplinada pelo art. 48, I, da LC n. 123/2006 e pelo art. 6º do Decreto Federal n. 8.538/2015.

### **25.3 DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DA PROPOSTA:**

I - A aceitação das propostas obedecerá aos seguintes parâmetros:

a) o valor estimado do item único é o parâmetro máximo de aceitação de preços das propostas, cabendo ao pregoeiro julgar eventual variação na análise do caso concreto.

a1) A proposta apresentada no certame deverá obedecer o **MODELO PADRÃO DE PROPOSTA** definido em Edital.

a2) As licitantes deverão apresentar o documento de proposta - na forma definida em Edital - contendo todos os elementos ali relacionados, junto com a proposta, **exclusivamente**, por meio do sistema eletrônico, até a data e hora marcadas para abertura da sessão, quando, então, encerrar-se-á, automaticamente, a fase de recebimento de propostas e da documentação.

II - Serão desclassificadas as propostas em desacordo com os critérios estabelecidos neste TR;

III - Será declarado vencedor o licitante que, cumpridas as exigências do edital, ofertar o menor preço global para prestação de serviços de Intermediação de Libras (Língua Brasileira de Sinais).

### **25.4 HABILITAÇÃO:**

**25.4.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA, ECONÔMICO-FINANCEIRA E FISCAL:** De acordo com as regras-padrões do edital.





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**25.4.2. HABILITAÇÃO TÉCNICA:** Para aferir a capacidade técnica-operacional da licitante, deverão ser apresentados os seguintes documentos:

I - No mínimo, 01 (um) **atestado de capacidade técnico-operacional**, em nome da licitante, comprovando a realização de serviços pertinentes e compatíveis em características com os itens 2.1.1 e 2.1.2 do objeto desta licitação.

O atestado poderá ser expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, devendo constar do atestado emitido por pessoa jurídica de direito privado o nome completo e a identificação do signatário. Os atestados expedidos por pessoas jurídicas de direito privado **PODERÃO** ser apresentados com a firma dos subscritores reconhecida em cartório, estando as informações ali contidas sujeitas à verificação de sua veracidade pelo Pregoeiro.

## **26. DO CONTRATO**

### **26.1. REGRAS GERAIS:**

**I** - Nos termos do artigo 62 da L. 8.666/93, será lavrado carta-contrato regulando a relação entre a Administração Contratante e a Contratada.

**II** - No ato da assinatura do contrato, a adjudicatária deverá apresentar regularidade, podendo emitir certidões em consulta ao SICAF e, caso não comprove, deverá exhibir, no prazo fixado para sua assinatura, certidões comprovando a regularidade de Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, Seguridade Social, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas e Conselho Nacional de Justiça. Na hipótese de irregularidade das certidões, a adjudicatária deverá regularizar a sua situação no prazo de até 05 (cinco) dias, sob pena de aplicação das penalidades previstas no contrato.

**III** - Verificada a conformidade dos documentos exigidos, a Administração disponibilizará por e-mail um canal eletrônico de comunicação de dados (link) para que a adjudicatária realize seu cadastramento no Sistema Eletrônico de Informações – SEI do TRE-RO.

**IV** - Na eventualidade de problemas na utilização do SEI, a Administração remeterá, por e-mail, arquivo digital contendo o inteiro teor do contrato para impressão, assinatura e devolução direta ou via postal. Nessa situação, contar-se-á o prazo de 02 (dois) dias úteis a partir da data de confirmação de recebimento do e-mail pela adjudicatária.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**V** - O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela parte durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração.

**VI** - A adjudicatária deverá indicar, até a data da assinatura do contrato, no mínimo, 1 (um) número telefônico, 01 (um) correio eletrônico, para servirem como canais de comunicação entre ela e o fiscal/gestor da Administração, podendo ser utilizado outro meio de comunicação, desde que seja efetivamente utilizado pelo representante da adjudicatária.

**VII** - O representante da contratada deverá ficar disponível para supervisionar os serviços de forma que sejam cumpridos os prazos e condições previstos no contrato.

**VIII** - O descumprimento injustificado, pela adjudicatária, das obrigações estabelecidas neste capítulo implicará a decadência do direito à contratação, situação em que outro licitante poderá ser convocado, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos de habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato (§ 2º do art. 48 do Decreto n. 10.024/2019), sujeitando-se também a adjudicatária à multa de 30% (trinta por cento) incidente sobre o valor a ela adjudicado (art. 7º da Lei n. 10.520/2002 - Não celebrar o contrato).

**IX** - À relação contratual, além das disposições previstas no respectivo edital do certame, aplicam-se o disposto na L. 8.666/93 e suas alterações subsequentes, no Manual de Gestão de Contratos da Justiça Eleitoral e a Instrução Normativa TRE-RO n. 004/08 e, supletivamente, a L. 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor) e as regras do Código Civil Brasileiro.

### **26.2. VEDAÇÃO DE SUBCONTRATAÇÃO E/OU TRANSFERÊNCIA PARCIAL OU TOTAL DO OBJETO A EMPRESAS FRANQUEADAS**

**I** - Não será permitida a subcontratação no todo ou em parte do objeto dos serviços objeto do contrato;

**II** - Não será permitida a transferência parcial ou total do objeto do contrato a empresas franqueadas pela contratada;

**III** - Empresas detentoras de franquia empresarial, na forma da legislação vigente, poderão, elas próprias, participar diretamente do certame.

### **26.3. PRAZO DE VIGÊNCIA**



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

I - O prazo de vigência do contrato será de 12 meses, podendo ser prorrogado, a juízo da Administração até o limite de 60 meses.

II - Justificativa para a prorrogação - SERVIÇOS CONTINUADOS:

a) O caráter contínuo de um serviço (art. 57, inciso II, da Lei 8.666/1993) é determinado por sua essencialidade para assegurar a integridade do patrimônio público de forma rotineira e permanente ou para manter o funcionamento das atividades finalísticas do ente administrativo, de modo que sua interrupção possa comprometer a prestação de um serviço público ou o cumprimento da missão institucional.

b) Desta forma, o futuro contrato decorrente do certame licitatório poderá ser prorrogados na forma do art. 57, II, da Lei n. 8.666/93. (TCU. Acórdão nº 132/2008 – Segunda Câmara. Relator: Ministro Aroldo Cedraz. Data do julgamento: 12/02/2008.).

c) Os períodos de prorrogações do contrato poderão ser diferentes do período inicial, desde que atendida a finalidade pública, precipuamente, conforme leciona Marçal Justen Filho (Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 14ª edição. Ed. Dialética, São Paulo, 2010, p. 730):

"É obrigatório respeitar, na renovação, o mesmo prazo da contratação original? A resposta é negativa, mesmo que o texto legal aluda a "iguais". Seria um contrassenso impor a obrigatoriedade de prorrogação por período idêntico. Se é possível pactuar o contrato por até sessenta meses, não seria razoável subordinar a Administração ao dever de estabelecer períodos idênticos para vigência. Isso não significa autorizar o desvio de poder. Não se admitirá que a Administração fixe períodos diminutos para a renovação, ameaçando o contratado que não for simpático".

### **26.4. ALTERAÇÕES DO CONTRATO**

a) O contrato poderá ser objeto de alterações nas situações e limites definidos pelo art. 65 da Lei n. 8.666/93.

### **26.5 DO REAJUSTE DE PREÇOS**

a) Os preços dos serviços objeto deste TR, desde que observado o interregno mínimo de um ano, contado da data limite para apresentação da proposta (art. 3º, § 1º da Lei nº 10.192/2001 e Acórdão TCU 19/2017 - Plenário) ou, nos reajustes subsequentes ao primeiro, contado da data de início dos efeitos financeiros do último reajuste ocorrido, poderão ser reajustados para preservar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato (art. 40, XI, c/c o art. 55, III, da Lei nº 8.666/93), adotando-se a variação



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

acumulada do **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA**, por ser mais compatível com a variação de preços do objeto licitado.

## **27. GARANTIA CONTRATUAL**

### **27.1. Segundo Marçal:**

*A Lei remete à discricionariedade da Administração a exigência da garantia. Deverá ser exigida apenas nas hipóteses em que se faça necessária. Quando inexistirem riscos de lesão ao interesse estatal, a Administração não precisará impor a prestação de garantia. Mas a exigência da garantia já deverá constar do próprio ato convocatório. Omissa o ato convocatório, a prestação da garantia não pode ser introduzida em momento posterior. É que a prestação da garantia envolve um ônus econômico-financeiro e o licitante necessita conhecer, de antemão, a real extensão de todas as obrigações e custos que recairão sobre ele. (Marçal - Comentários à lei de licitações e contratos Administrativos - 2ª ed, e-book, baseada na 17ª edição impressa, in Thomson Reuters - Revista dos Tribunais).*

**27.2.** Na presente contratação a garantia poderá cobrir eventuais prejuízos ocasionados na prestação de serviços pelos agentes da CONTRATADA, assegurar o pagamento de eventuais penalidades pecuniárias impostas pela Administração e não quitadas pela CONTRATADA, além de outras situações que justifiquem o acionamento da cobertura.

**27.3** Assim, a contratada deverá apresentar, em **até 10 (dez) dias úteis** após a assinatura do contrato, garantia contratual no valor correspondente a 3% (três por cento) do valor total do contrato, na forma e nas modalidades estabelecidas no art. 56, §1º, da Lei nº 8.666/93, a saber:

I - Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, devendo estes terem sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;

II - Seguro-garantia;

III - Fiança bancária emitida por instituição financeira autorizada a operar pelo Banco Central do Brasil (Acórdão n. 2467/2017 – TCU – Plenário)



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**27.4.** A garantia deverá ter prazo de vigência de até 03 (três) meses após o término da vigência contratual;

**27.5.** A garantia deverá ser renovada e complementada a cada prorrogação, repactuação ou acréscimo quantitativo do contrato;

**27.6.** A não apresentação injustificada da garantia no prazo acima poderá implicar na rescisão contratual e a consequente aplicação de penalidades na forma deste TR.

## **28. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

**28.1.** Cumprir e exigir o cumprimento das obrigações do Contrato e das disposições legais que o regem;

**28.2.** Realizar o acompanhamento do contrato, comunicando à CONTRATADA as ocorrências de quaisquer fatos que exijam medidas corretivas;

**28.3.** Proporcionar todas as condições necessárias à boa execução dos serviços contratados, inclusive comunicando à CONTRATADA, por escrito e tempestivamente, qualquer mudança de Administração e ou endereço de cobrança;

**28.4.** Exercer a fiscalização dos serviços indicando, formalmente, o gestor e/ou o fiscal para acompanhamento da execução contratual, inclusive no que tange a mão de obra que o integra;

**28.5.** Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA, podendo solicitar o seu encaminhamento por escrito;

**28.6.** Efetuar os pagamentos devidos, de acordo com o estabelecido no presente contrato;

**28.7.** Aplicar as penalidades previstas no contrato, em caso de descumprimento pela CONTRATADA de quaisquer cláusulas estabelecidas;

**28.8.** Exigir da CONTRATADA, a qualquer tempo, a comprovação das condições requeridas para a contratação;

**28.9.** Indicar e formalizar o(s) responsável (is) pela fiscalização do contrato, a quem competirá o acompanhamento dos serviços;



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**28.10.** Atestar mensalmente a execução e a qualidade dos serviços prestados, indicando qualquer ocorrência havida no período, se for o caso, em processo próprio, onde será juntada a Nota Fiscal Fatura a ser apresentada pela CONTRATADA, para fins de pagamento.

**28.11.** Disponibilizar um servidor para orientar os servidores públicos para o uso do aplicativo do SIL, como também, aos demais interessados, quando necessário.

## **29. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**29.1.** Indicar um profissional responsável para exercer a função de interlocutor com a Contratante ao qual caberá à função de responder pela coordenação de todas as atividades propostas neste Termo;

**29.2.** Responsabilizar-se por todos e quaisquer encargos, salários, benefícios, pró-labore tributos, taxas, tarifas relacionadas com empregados e prepostos e/ou a empresa na prestação do serviço e que sejam decorrentes da legislação social previdenciária, trabalhista, tributárias e cíveis incluídas as indenizações por acidentes, moléstias e outros eventos da natureza profissional e/ou ocupacional;

**29.3.** Responder, por escrito, sempre que solicitado pela Contratante, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, a todo e qualquer questionamento acerca do serviço;

**29.4.** Acompanhar, gerenciar, capacitar e orientar, periodicamente, seus profissionais;

**29.5.** Disponibilizar as gravações dos atendimentos sempre que solicitado, no prazo de 24h;

**29.6.** Oferecer profissionais habilitados e qualificados em Libras conforme legislação vigente;

**29.7.** Informar as especificações tecnológicas e de banda de internet para disponibilizar o serviço;

**29.8.** Disponibilizar e encaminhar relatório mensalmente, conforme mencionado no item 7 ou quando solicitados pela CONTRATANTE;

**29.9.** Comunicar, por escrito, qualquer alteração societária da empresa;

**20.10.** Disponibilizar os serviços à CONTRATANTE no prazo de 48 horas após a assinatura do contrato.





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

### **30. PERFIL DO PROFISSIONAL QUE IRÁ ATUAR NO SIL**

#### **30.1. TRADUTOR/INTÉRPRETE DE LIBRAS/PORTUGUÊS E PORTUGUÊS/LIBRAS**

**30.1.1.** Formação em consonância com a Lei Federal nº 10.436, de 24 de abril de 2002, regulamentada pelo Decreto Federal nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005 ou outra norma que vier a substituí-los;

**30.1.2.** Clareza e objetividade na Língua Portuguesa falada e escrita, urbanidade, boa dicção e audição, raciocínio lógico e conhecimento de informática básica, digitação, “Internet”, “Windows” e “Office”.

### **31. DO SIGILO OBRIGATÓRIO**

**31.1.** A CONTRATADA, bem como os profissionais por ela fornecidos, compromete-se a manter sigilo escrito, verbal e/ou quaisquer outro acerca os dados, informações, materiais, técnicas e procedimentos utilizados na prestação dos serviços de intermediação – SIL.

**31.2.** A quebra de sigilo pela CONTRATADA, bem como pelos profissionais por ela fornecidos, sofrerão as medidas legais cabíveis.

### **32. DA MEDIÇÃO DOS SERVIÇOS**

**32.1.** No último dia útil de cada mês, a CONTRATADA deverá efetuar a apuração das horas e frações de atendimento efetuadas no respectivo mês, e, considerando os recursos contratados, elaborar o correspondente relatório contendo dias, horários e quantidades de atendimentos efetuados.

**32.2.** Para efeito de pagamento, as medições deverão ser realizadas com o seguinte procedimento:

**32.2.1.** No primeiro dia útil subsequente ao mês que os serviços foram prestados, a CONTRATADA deverá entregar o relatório contendo os quantitativos mensais descritos no item acima e os respectivos valores apurados.

**32.2.2.** Na hipótese de glosas e/ou incorreções de quantitativos e/ou valores, a CONTRATANTE solicitará à CONTRATADA a retificação do relatório, objetivando a emissão da Nota Fiscal Fatura.

**32.2.3.** Será considerado o tempo de atendimento efetivamente nos casos de atendimentos individuais e o tempo de disponibilidade dos intérpretes para os casos de tradução de eventos previamente agendados, tais tempos serão apurados da seguinte forma:





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**32.2.3.1.** O valor dos pagamentos será obtido mediante aplicação do preço global contratado ao tempo contabilizado, descontadas as importâncias relativas às quantidades de serviços não aceitas e glosadas pela CONTRATANTE por motivos imputáveis à CONTRATADA.

**32.2.3.2.** Caso a medição não seja composta por número inteiro de horas será aplicado o fechamento proporcional à minutagem alcançada.

**32.2.3.3.** A aplicação de descontos indicados no item imediatamente acima não prejudica a aplicação de sanções à CONTRATADA, em razão da não execução dos serviços.

**32.2.4.** Após a conferência dos quantitativos e valores apresentados, a CONTRATANTE atestará a medição mensal, comunicando a CONTRATADA, no prazo de 3 (três) dias contados do recebimento do relatório, o valor aprovado, e, autorizando a emissão da correspondente Nota Fiscal Fatura, a ser apresentada no primeiro dia útil subsequente à comunicação dos valores aprovados.

**32.2.5.** As Notas Fiscais Faturas deverão ser emitidas pela CONTRATADA para a CONTRATANTE e enviadas, em formato eletrônico, para a CONTRATANTE.

## **33. DO PAGAMENTO**

**33.1.** O prazo de pagamento será de até 10 dias dias, a contar da data da emissão da Nota Técnica;

**33.2.** Caso venha ocorrer a necessidade de providências complementares por parte da CONTRATADA, a fluência do prazo será interrompida, reiniciando-se a sua contagem a partir da data em que estas forem cumpridas;

**33.3.** Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida, entre a data descrita no item 33.1 deste TR e a correspondente ao efetivo adimplemento da obrigação, será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

*Onde:*

$$EM = \text{Encargos moratórios};$$



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

*N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;*

*VP = Valor da parcela a ser paga.*

*I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:*

$$I = (TX)/365$$

$$I = (6/100)/365$$

$$I = 0,00016438$$

*TX = Percentual da taxa anual = 6%.*

**33.3.1.** A compensação financeira prevista neste item será incluída em fatura/nota fiscal emitida posteriormente à ocorrência.

**33.4.** O pagamento da compensação financeira dependerá de requerimento a ser formalizado pela CONTRATADA;

**33.5.** Os pagamentos serão efetuados em conformidade com a execução dos serviços, mediante apresentação da(s) respectiva(s) nota(s) fiscal(is) ou nota(s) fiscal(is)/fatura;

**33.6.** A CONTRATADA deverá apresentar, juntamente com a Nota Fiscal ou Nota Fiscal Fatura, os documentos a seguir discriminados, para verificação de sua regularidade fiscal perante os órgãos competentes:

**33.6.1.** Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – F.G.T.S., fornecido pela Caixa Econômica Federal;

**33.6.2.** Certidão Negativa de Débitos relativa às Contribuições Previdenciárias e as de Terceiros – CND – ou outra equivalente na forma da lei;

**33.6.3.** Certidão negativa de débitos trabalhistas (CNDT);

**33.6.4.** Nota Fiscal ou Nota Fiscal Fatura devidamente atestada;

**33.6.5.** Folha de Medição dos Serviços;

**33.6.6.** Serão aceitas como prova de regularidade certidões negativas, positivas com efeito de negativas e certidões positivas que noticiem em seu corpo que os débitos estão judicialmente garantidos ou com sua exigibilidade suspensa.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**33.6.7.** Serão aceitas como prova de regularidade, certidões positivas com efeito de negativas e certidões positivas que noticiem em seu corpo que os débitos estão judicialmente garantidos ou com sua exigibilidade suspensa.

## **34. DAS SANÇÕES**

**34.1.** As sanções relacionadas ao procedimento da licitação constarão no edital do certame.

**34.2. SANÇÕES MORATÓRIAS:** O descumprimento injustificado das obrigações decorrentes do contrato, garantido o direito ao contraditório e ampla defesa, sujeita a contratada a multa moratória, consoante o *caput* e §§ do art. 86 da L. 8.666/93, na forma seguinte:

**34.2.1** Indisponibilidade do serviço sem a comunicação à CONTRATANTE (item 10.3):

- a) primeira e segunda ocorrências, multa de 3% (três por cento) **calculada sobre o valor da fatura mensal referente ao mês de atraso;**
- b) terceira e quarta ocorrências, multa de 5% (cinco por cento), **calculada sobre o valor da fatura mensal referente ao mês de atraso;**
- c) quinta ocorrência poderá ser caracterizada a inexecução do contrato.

**34.2.2** Atraso no cumprimento de determinações emanadas da fiscalização para adimplemento de obrigação por parte da Contratada:

- a) primeiro e segundo atrasos injustificados de até 03 (três) dias, multa de 3% (três por cento) **calculada sobre o valor da fatura mensal referente ao mês de atraso;**
- b) terceiro e quarto atrasos injustificados de até 03 (três) dias, multa de 5% (cinco por cento), **calculada sobre o valor da fatura mensal referente ao mês de atraso;**
- c) quinto atraso injustificado e atraso superior a 03 (três) dias poderá ser caracterizada a inexecução do contrato.

**34.2.3.** Demais atrasos dos prazos e as obrigações estipuladas nas obrigações da contratada e registradas neste TR, multa de 2% (dois por cento) por dia de atraso até o limite de 05 (cinco) dias, a partir do sexto dia poderá ser caracterizada a inexecução do contrato.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

a) primeiro e segundo atrasos injustificados de até 03 (três) dias, multa de 3% (três por cento) **calculada sobre o valor da fatura mensal referente ao mês de atraso;**

b) terceiro e quarto atrasos injustificados de até 03 (três) dias, multa de 5% (cinco por cento), **calculada sobre o valor da fatura mensal referente ao mês de atraso;**

c) quinto atraso injustificado e atraso superior a 03 (três) dias poderá ser caracterizada a inexecução do contrato.

**34.3.** Poderão ser aplicadas à contratada, nos termos do artigo 87 da Lei 8.666/93, nas hipóteses de inexecução total ou parcial das obrigações estipuladas em edital e seus anexos, as seguintes sanções:

a) advertência;

b) multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor contratado;

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

**34.4.** Nos termos do art. 7º da Lei 10.520/02, se a adjudicatária não celebrar o contrato (nota de empenho) ou se a contratada ensejar o retardamento da execução do objeto, falhar ou fraudar na execução, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no Sicafe, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

**34.5.** A multa eventualmente imposta à CONTRATADA será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus. O valor da multa será corrigido pela taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC para títulos federais, acumulada mensalmente - até o último dia do mês anterior ao do pagamento - e de 1% (um por cento) no mês de pagamento (**Arts. 29 e 30 da Lei nº 10.522/2002 e Acórdão TCU nº 1.603/2011-Plenário**).



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**34.6.** Quando o valor do pagamento a que fizer jus a CONTRATADA não for suficiente para cobrir o montante da multa ou da condenação aplicadas, aquele valor será recolhido ao Tesouro Nacional, devendo o saldo do valor das penalidades aplicadas ser recolhido através de Guia de Recolhimento à União - GRU à Conta Única do Tesouro Nacional no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da notificação do responsável, sob pena de inscrição na Dívida Ativa da União (**Lei nº 6.830/80**).

**34.7.** Se a contratada não recolher o valor da multa ou da condenação, eventualmente aplicadas, dentro do prazo estabelecido na notificação, seus dados serão encaminhados ao órgão competente para que seja inscrita na dívida ativa da União (Decisão TCU n. 1.122/00 – Plenário, publicada no DOU de 01/06/01).

**34.8.** No ato de notificação para pagamento de Multa, a CONTRATADA será cientificada de que a ausência do recolhimento no prazo máximo de 75 (setenta e cinco) dias poderá ensejar sua inscrição no Cadin (Art. 2º, § 2º da Lei 10.522/02).

**34.9.** Os responsáveis pelas multas e demais obrigações não quitadas e desde que não inscritas na Dívida Ativa da União ou no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin), poderão ainda ser inscritos no Cadastro Interno de Inadimplentes do TRE-RO – CAI2.

**34.10.** As multas não eximem a CONTRATADA da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração ou a terceiros. Os valores originados dessa conduta da contratada serão corrigidos pelos mesmos critérios de atualização das multas.

**34.11.** O procedimento para aplicação de sanções à CONTRATADA observará o devido processo legal administrativo e as regras contidas na Instrução Normativa TRE-RO n. 04/2008, disponível no seguinte link da internet: <http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-ro-in-no-004-2008>. A contratada será cientificada das eventuais alterações dessa norma.

## **35. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATOS**

**35.1.** A gestão do contrato será realizada pela pessoa titular da Coordenadoria de Educação e Desenvolvimento - COEDE e a fiscalização pela pessoa titular da Seção de Avaliação e Gestão do Desempenho - SEGED, ou por seus substitutos.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade  
Coordenadoria de Material e Patrimônio  
Seção de Contratos

**35.2.** Na gestão e fiscalização, a Administração deverá fazer constar em registro próprio todas as ocorrências relevantes constatadas durante a execução do contrato.

**35.3.** A atuação ou a eventual omissão da Fiscalização durante a execução do contrato não poderá ser invocada para eximir a Contratada da responsabilidade pelo seu cumprimento.

**35.4.** A operacionalização do contrato será iniciada na data da assinatura do Contrato no Sistema Eletrônico de Informações.



Documento assinado eletronicamente por **DANIELLE JULIANA DE SÁ LEITÃO CRUZ, Chefe de Seção**, em 19/10/2022, às 10:43, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0922524** e o código CRC **7850A151**.

0000745-49.2022.6.22.8000

0922524v8



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA  
AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - [www.tre-ro.jus.br](http://www.tre-ro.jus.br)

PROCESSO: 0000745-49.2022.6.22.8000

INTERESSADO: SEÇÃO DE AVALIAÇÃO E GESTÃO DO  
DESEMPENHO - SEDES

ASSUNTO: Contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços de intermediação em Libras com atendimento por meio de intérpretes humanos conectados remotamente, com uso de plataforma digital – Repetição de certame fracassado (Pregão Eletrônico n. 36/2022) com alterações.

**DESPACHO Nº 1350 / 2022 - PRES/DG/GABDG**





**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Trata-se de processo administrativo iniciado pela Seção de Avaliação e Gestão do Desempenho - SEGED, visando a contratação de contratação de empresa especializada na prestação de serviços de INTERMEDIÇÃO DE LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais) por meio de plataforma digital, consoante Termo de Abertura ([0800583](#)).

Após regular tramitação, esta Diretoria-Geral homologou o Pregão Eletrônico n. 36/2022 e determinou o envio dos autos à SEGED para manifestação quanto à possibilidade da repetição do certame ou justificar a aquisição direta do objeto, considerando a tentativa fracassada da contratação ([0910064](#)).

Em resposta, a unidade técnica manifestou interesse na repetição do certame e encaminhou novas versões da informação conclusiva sobre o valor estimado da licitação ([0917934](#)) e do termo de referência ([0917937](#)), contendo os ajustes dos quantitativos de objetos recomendados no item 19 do Parecer Jurídico n. 191 da AJSAOFC ([0907956](#)).

O valor total da contratação foi estimado em R\$ 79.155,40 (setenta e nove mil cento e cinquenta e cinco reais e quarenta centavos), sendo que para o exercício de 2022 o valor necessário será de R\$ 37.249,60 (trinta e sete mil duzentos e quarenta e nove reais e sessenta centavos) e para o exercício de 2023 corresponderá a R\$ 41.905,80 (quarenta e um mil novecentos e cinco reais e oitenta centavos), consoante item 23 do TR ([0917937](#)).

De acordo com a COFC, a despesa pretendida está adequada e compatível orçamentária e financeiramente com a PPA, LDO e LOA referentes ao exercício financeiro 2022, havendo a disponibilidade integral de R\$ 65.186,80 (sessenta e cinco mil cento e oitenta e seis reais e oitenta centavos) no exercício corrente ([0859276](#) e [0884653](#)), comprovada pelas programações juntadas nos eventos n. [0859333](#) e n. [0884665](#). Quanto a disponibilidade orçamentária para o exercício de 2022, não se faz possível a programação e consequente reserva orçamentária neste exercício financeiro, por depender de aprovação da Lei de Orçamento Anual de 2023. Entretanto, a proposta orçamentária deste TRE-RO para o exercício 2023 tramita no Processo n. [0000150-50.2022.6.22.8000](#), com previsão de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) destinados a despesas com o objeto dessa contratação.

A SAC, em análise do Termo de Referência n. 4 ([0916308](#)), concluiu que o referido documento encontra-se em consonância com as normas gerais de contratações pelo disposto no inciso II do artigo 3º





**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

da Lei n. 10.520/2002; art. 3º, inciso XI, do Decreto n. 10.024/2019, e ainda, com as disposições da Instrução Normativa TRE-RO n. 04/2008 ([0917071](#)).

Posteriormente, a SEGED apresentou o Termo de Referência n. 5 ([0917937](#)), contendo correções em virtude de erro material no quadro com a descrição do valor estimado, remetendo diretamente à Assessoria Jurídica da AJSAOFC para emissão de parecer jurídico ([0918044](#)).

Instada, a AJSAOFC opinou pela possibilidade de aprovação do TR; pela possibilidade da contratação dos serviços pretendidos, por meio da modalidade licitatória pregão, na sua forma eletrônica, tipo menor preço global, com fundamento art. 1º da Lei n. 10.520/2002 e § 1º do art. 1º do Decreto n. 10.024/19; pela possibilidade de adoção do modo de disputa por lances abertos, devendo o edital registrar o intervalo mínimo entre os lances; pela aplicabilidade do regime de exclusividade às ME/EPP's; pela aplicabilidade dos critérios de sustentabilidade ambiental registrados no capítulo 22 do TR; e pela restrição na divulgação dos preços estimados para a contratação ([0918531](#)).

Por sua vez, a SAOFC manifestou-se pela aprovação do ETP e do TR; pela autorização da despesa mediante licitação na modalidade pregão, em sua forma eletrônica, tipo "menor preço global" e modo de disputa por "lances abertos", devendo o edital registrar, ainda, o intervalo mínimo entre os lances; pela regularidade da informação conclusiva do valor estimado; pela aplicabilidade do regime de exclusividade às ME/EPPs; pela restrição de divulgação dos preços estimados para a contratação; e pela aplicabilidade dos critérios de sustentabilidade ambiental.

Cumpre registrar que o presente procedimento adota as regras da Lei n. 8.666/93, ainda vigente, tendo em vista que a nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos - Lei n. 14.133, publicada em 1º de abril de 2021 - tem em seu artigo 191 c/c 193 a permissão para a utilização da lei geral de licitações anterior até o decurso do prazo de 02 (dois) anos, contados da data de sua publicação, momento este - 1º/04/2023.

Há que se registrar que o termo de referência em apreço, na sua essência, foi objeto de considerações e aprovação desta Diretoria-Geral na forma do Despacho n. 1063 ([0879383](#)), considerando o disposto no Parecer Jurídico n. 132 da AJSAOFC, de 12/08/2022 ([0877494](#)), o qual integra o Parecer Jurídico n. 208 ([0918531](#)) daquela mesma Assessoria.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Em análise, verifica-se não haver reparos às alterações promovidas pela unidade demandante, realizadas tão só para corrigir as imprecisões que foram encontradas no quantitativo do objeto, possibilitando aos licitantes o precificarem de forma indubitável, a fim de finalmente levar o procedimento licitatório a êxito.

Dessa forma, considerando os elementos constantes no Termo de Referência n. 5 ([0917937](#)), tem-se que, sob o aspecto formal, aquele encontra-se em conformidade com as regras da Lei n. 8.666/93, atendendo aos princípios e diretrizes que norteiam a sua aplicação.

Por oportuno, menciona-se ainda que, como o quantitativo foi reduzido no novo TR, reduziu-se também o valor previsto para execução no exercício de 2022 para R\$ 37.249,60 (trinta e sete mil duzentos e quarenta e nove reais e sessenta centavos). Assim, a programação existente no processo é suficiente para cobertura dos serviços redimensionados ([0859333](#) e [0884665](#)).

Ante o exposto, considerando os documentos carreados aos autos, com base nas atribuições conferidas pela Portaria n. 66/2018:

1 - aprovo o ETP ([0800843](#)) e o Termo de Referência n. 5 ([0917937](#)), porquanto possuem os elementos essenciais definidos no inciso XI do art. 3º do Decreto n. 10.024/19;

2 - aprovo o valor estimado constante da informação conclusiva de evento n. [0917934](#), em cumprimento ao item 44 da Resolução CNJ n. 215/2015 e do Acórdão TCU n. 2622/2015 – Plenário;

3 – autorizo a licitação na modalidade pregão, em sua forma eletrônica, tipo "menor preço global", com fundamento no art. 1º da Lei n. 10.520/02 e no art. 1º, § 1º, do Decreto n. 10.024/19;

4 - determino a utilização do modo de disputa por "lances abertos", devendo o edital registrar o intervalo mínimo entre os lances, na forma do art. 31, parágrafo único, c/c o art. 32 do Decreto n. 10.024/2019;

5 – determino a aplicação do regime de exclusividade às ME/EPP's, em cumprimento ao disposto no art. 48, inciso I, da LC n. 123/2016 e do art. 6º do Decreto n. 8.538/2015;

6 - determino a aplicabilidade de critérios de sustentabilidade ambiental, consoante registrado no Capítulo 22 do TR; e

7 - determino a restrição na divulgação dos valores estimados para a contratação, com vistas à obtenção da proposta mais vantajosa, nos termos do [art. 15 do Decreto n. 10.024/2019](#).



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade  
Coordenadoria de Material e Patrimônio  
Seção de Contratos

À SAOFC para continuidade do feito, com vistas à contratação pretendida.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 18/10/2022, às 17:12, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0920862** e o código CRC **286A3E69**.

0000745-49.2022.6.22.8000

0920862v24



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Av. Presidente Dutra, 1889 - Bairro Baixa da União - CEP 76801-976 - Porto Velho - RO - [www.tre-ro.jus.br](http://www.tre-ro.jus.br)

PROCESSO: 0000745-49.2022.6.22.8000

INTERESSADO: COEDE/SGP.

ASSUNTO: Definição da modalidade de licitação e análise do Termo de Referência – Contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços de intermediação em Libras com atendimento por meio de intérpretes humanos conectados remotamente, com uso de plataforma digital – Repetição de certame fracassado (Pregão Eletrônico n. 36/2022) com alterações – Análise.

**PARECER JURÍDICO Nº 208 / 2022 - PRES/DG/SAOFC/AJSAOFC**

## **I – RELATÓRIO**

**01.** Trata-se de procedimento administrativo instaurado pela Seção de Avaliação e Gestão do Desempenho - SEGED da Coordenadoria de Educação e Desenvolvimento - COEDE, que tem



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

como finalidade registrar os atos necessários à contratação de empresa especializada na prestação de serviços de INTERMEDIACÃO DE LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais) por meio de plataforma digital ([0800583](#)).

**02.** O relato completo do procedimento, até a sua aprovação pela autoridade administrativa, está reproduzido no **Parecer Jurídico n. 132**, de 12/08/2022 ([0877494](#)), o qual adota-se, por celeridade e economicidade como parte integrante deste relato. Após a tentativa inexitosa da contratação, esta unidade concluiu que o procedimento licitatório se desenvolveu regularmente, embora tenha sido fracassado, orientando pela homologação do seu resultado pela Autoridade competente e pela possibilidade da unidade demandante optar pela repetição do certame, devendo analisar de forma criteriosa os termos e condições do TR para ajustar os quantitativos do objeto, ou pela aquisição direta, caso demonstrado que um outro certame acarretaria em eventual prejuízo ao andamento dos serviços, tudo registrado no **Parecer Jurídico n. 191**, de 28/09/2022 ([0907956](#)). Em seguida, por meio do Despacho n. 2613/2022 ([0908393](#)), o Sr. Secretário da SAOFC encaminhou os autos a DG para manifestação.

**03.** Por meio do Despacho n. 1296/2022 - PRES/DG/GABDG ([0910064](#)), a Autoridade Administrativa homologou o Pregão Eletrônico n. 36/2022 e determinou o envio dos autos à SEGED, para a unidade demandante se pronunciar quanto à possibilidade da repetição do certame ou justificar a aquisição direta do objeto.

**04.** Em observância ao Despacho 2731/2022/GABSAOFC ([0914776](#)), a ASLIC registrou através da Certidão n. 8/2022 ([0916424](#)) que o resultado do certame foi devidamente publicado no DOU, DJE e Portal de Transparência do TRE-RO ([0906201](#)) e que o termo de homologação encontra-se juntado aos autos ([0916395](#)). Por sua vez, a SEGED se manifestou quanto ao interesse na repetição do certame ([0916473](#)) e trouxe ao processo a Informação Conclusiva Sobre o Valor Estimado da Licitação ([0916304](#)) e o Termo de Referência n. 04/2022/SEGED ([0916308](#)).

**05.** Submetidos à análise da Seção de Apoio às Contratações - SAC, o TR supracitado foi considerado em consonância com as normas gerais de contratações estabelecidas pelo disposto no inciso II do art. 3º da Lei n. 10.520/2002, inciso XI do art. 3º do Decreto Federal n. 10.024/2019, inciso XXIII do art. 3º da Instrução Normativa TRE-RO n. 004/2008. ([0917071](#)).

**06.** Após diligências feitas pela SEGED, corrigindo erro material no quadro com a descrição do valor estimado, vieram aos autos a



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

nova Informação Conclusiva Sobre o Valor Estimado da Licitação ([0917934](#)) no valor de **R\$ 79.155,40** (setenta e nove mil, cento e cinquenta e cinco reais e quarenta centavos) e o novo **Termo de Referência n. 05/2022/SEGED** ([0917937](#)).

**07.** Assim instruídos, vieram os autos para análise desta unidade Jurídica. **É o breve e necessário relato.**

## **II – CONSIDERAÇÕES INICIAIS**

**08.** Inicialmente, convém ressaltar que este parecer utiliza como base os elementos que constam nestes autos ([0000745-49.2022.6.22.8000](#)) até a presente data.

**09.** Ressalte-se que, conforme art. 58-A, inciso I c/c XI, do Regimento Interno do Corpo Administrativo do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, com redação dada pelo Resolução TRE-RO n. 11/2022 - e demais atos normativos regulamentadores das atividades dos Assessores Jurídicos - é responsabilidade desta Assessoria prestar consultoria jurídica, de forma imparcial, aos atos praticados no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia – TRE-RO.

**10.** O presente parecer se restringirá aos aspectos jurídicos, com base nas peças constantes dos autos, não adentrando no mérito técnico e administrativo, salvo patente ilegalidade. Isso não significa, porém, que não poderão ser tecidas considerações e recomendações a respeito da motivação dos atos para melhor embasá-los.

**11.** A manifestação jurídica tem o escopo de assistir a autoridade assessorada no controle interno da legalidade administrativa dos atos a serem praticados.

**12.** De outro lado, cabe esclarecer que, via de regra, não é papel do órgão de assessoramento jurídico exercer a auditoria quanto à competência de cada agente público para a prática de atos administrativos. Incumbe, isto sim, a cada um destes observar se os seus atos estão dentro do seu espectro de competências.

## **III – ANÁLISE JURÍDICA**

**13.** Releva registrar que o termo de referência em análise, na sua essência, foi objeto de considerações e manifestação pela aprovação da



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

autoridade administrativa por meio do **Parecer Jurídico n. 132**, de 12/08/2022 ([0877494](#)), o qual adota-se, por celeridade e economicidade como parte integrante deste parecer.

**14.** Pode-se acrescentar que não há reparos às alterações promovidas pela unidade demandante, realizadas tão só para corrigir as imprecisões que foram encontradas no quantitativo do objeto, possibilitando aos licitantes o precificarem de forma indubitável, na busca de finalmente levar o procedimento licitatório ao êxito.

**15.** Assim, considerando os elementos constantes no **Termo de Referência n. 05/2022/SEGED** ([0917937](#)), tem-se que, sob o aspecto formal, encontra-se em **conformidade** com as regras da Lei n. 8.666/93, atendendo aos princípios e diretrizes que norteiam a sua aplicação.

### **IV – CONCLUSÃO**

**16. Pelo exposto**, considerando ainda os elementos que constam nos **Pareceres Jurídicos n. 132** ([0877494](#)) e **n. 149/2022** ([0885803](#)), ambos da lavra desta unidade jurídica, os quais adotam-se, por celeridade e economicidade, como parte integrante deste, naquilo que aplicável, opina esta Assessoria Jurídica:

**I** - considerando os elementos que constam do **Termo de Referência n. 05/2022/SEGED** ([0917937](#)), também analisados em seus aspectos formais pela SAC ([0917071](#)), tem-se que o referido instrumento parece conter em sua forma os elementos essenciais definidos no inciso XI do art. 3º do Decreto Federal n. 10.024/19, podendo ser apresentado a autoridade competente para atendimento ao inciso II do art. 14 da IN TRE-RO n. 004/2008;

**II** - pela possibilidade da contratação dos serviços pretendidos, por meio da modalidade licitatória pregão, na sua forma eletrônica, tipo menor preço global, com fundamento art. 1º da Lei n. 10.520/2002 e § 1º do art. 1º do Decreto n. 10.024/19;

**III** - deverá ser adotado o modo de disputa por **LANCES ABERTOS**, devendo o edital registrar, ainda, o intervalo mínimo entre os lances, na forma do Parágrafo único do Art. 31 c/c o Art. 32 do Decreto Federal n. 10.024/2019.

**IV** - conforme já apontado nos **itens 26 a 28 do Parecer Jurídico n. 132**, a análise das informações extraídas da INFORMAÇÃO CONCLUSIVA SOBRE O VALOR ESTIMADO DA LICITAÇÃO





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

([0917934](#)) revela que a unidade laborou dentro dos limites traçados pela IN SG/ME n. 73/2020, havendo justificativa entendida como plausível para a metodologia adotada para estimar o preço dos serviços que se pretende contratar, **restando, ainda, a devida autorização da autoridade competente;**

**V** - conforme indicado no **item 10 do Parecer Jurídico n. 149**, há informação da unidade orçamentária do órgão quanto à regularidade da despesa no planejamento orçamentário de 2022, com disponibilidade integral de R\$ 65.186,80 (sessenta e cinco mil cento e oitenta e seis reais e oitenta centavos) no exercício corrente ([0859276](#) e [0884653](#)), comprovado pelas programações juntadas nos eventos ([0859333](#) e [0884665](#)) e disponibilidade orçamentária de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) para o exercício de 2023 ([0859270](#)).

Deve registrar, ainda que, como o quantitativo foi reduzido no novo TR n. 5/2022, reduziu-se também o valor previsto para execução no exercício de 2022 para **R\$ 37.249,60** (trinta e sete mil duzentos e quarenta e nove reais e sessenta centavos); assim, a programação existente no processo é suficiente para cobertura dos serviços redimensionados.

**VI** – em razão do novo valor estimado do item único dos serviços, **após o redimensionamento do objeto pela unidade demandante**, ser inferior ao patamar de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), a Administração **deverá** aplicar ao futuro certame o regime de **exclusividade** na participação de microempresas e empresas de pequeno porte, em cumprimento ao disposto no artigo art. 48, inciso I, da LC 123/2016 e do art. 6º do Decreto n. 8.538/2015.

**VII - aplicabilidade dos critérios de sustentabilidade ambiental**, registrados no capítulo 22 do TR e analisados nos **itens 32 a 35 do Parecer Jurídico n. 132**, devendo, ainda, ser observada a recomendação contida no item 36 do Parecer citado;

**VIII** - na busca da proposta mais vantajosa, tratando de critério de julgamento pelo menor preço, pela **restrição na divulgação dos preços estimados para a contratação**, conforme disciplinado no art. 15 do Decreto n. 10.024/2019.

Submete-se à consideração da autoridade competente.



Documento assinado eletronicamente por **Edis Romano Neto, Estagiário**, em 13/10/2022, às 12:46, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.





**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade  
Coordenadoria de Material e Patrimônio  
Seção de Contratos



Documento assinado eletronicamente por **JAMIL JANUARIO, Assessor Jurídico**, em 13/10/2022, às 13:04, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0918531** e o código CRC **78FC3CE8**.

0000745-49.2022.6.22.8000

0918531v25



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Av. Presidente Dutra, 1889 - Bairro Baixa da União - CEP 76801-976 - Porto Velho - RO - [www.tre-ro.jus.br](http://www.tre-ro.jus.br)

PROCESSO: 0000745-49.2022.6.22.8000.

INTERESSADO: COEDE

ASSUNTO: Análise final de processo licitatório – Pregão n. 43/2022 – Contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços de intermediação em Libras com atendimento por meio de intérpretes humanos conectados remotamente, com uso de plataforma digital – Análise.

**PARECER JURÍDICO Nº 264 / 2022 - PRES/DG/SAOFC/AJSAOFC**

**I – RELATÓRIO**

**01.** Trata-se de procedimento administrativo instaurado pela Seção de Avaliação e Gestão do Desempenho - SEGED da Coordenadoria de Educação e Desenvolvimento - COEDE, que tem como finalidade registrar os atos necessários à contratação de empresa especializada na prestação de serviços de INTERMEDIÇÃO DE LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais) por meio de plataforma digital ([0800583](#)).

**02.** Após regular instrução e aprovação do certame licitatório pela autoridade administrativa ([0920862](#)), a minuta do contrato ([0922799](#)) e do edital de pregão eletrônico ([0923345](#)) foram objeto de análise e aprovação desta Assessoria no Parecer Jurídico n. 221/2022



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

([0923790](#)) para cumprimento da exigência contida no Parágrafo único do artigo 38 da Lei Geral de Licitações e Contratos.

**03.** Assim, publicou-se o Edital de Pregão Eletrônico n. 43/2022 ([0924312](#)) nos meios de divulgação oficial no dia 24/10/2022, consoante documentos comprobatórios de divulgação ([0925221](#)).

**04.** Para instrução do feito, vieram aos autos os seguintes documentos extraídos do PE em análise:

a) pedido de esclarecimento elaborado pela empresa ACELIBRASIERO, sobre a quantidade máxima de horas estimada para a contratação ([0933092](#)), devidamente respondido pelo Pregoeiro ([0933301](#));

b) programação orçamentária - COFC ([0935821](#)), em substituição às registradas nos eventos [0859333](#) e [0884665](#);

c) relatório de propostas do sistema COMPRASNET ([0936388](#));

d) proposta da licitante INOVE PRODUÇÃO DE EVENTOS E SHOW BAR EIRELI ([0936391](#));

e) documentos habilitatórios da licitante INOVE PRODUÇÃO DE EVENTOS E SHOW BAR EIRELI, juntados nos eventos [0936392](#), [0936394](#), [0936396](#) e [0936397](#);

f) manifestação da unidade demandante ([0936896](#)), na qual registrou a insuficiência dos atestados apresentados para habilitação técnica da licitante;

g) documentação complementar apresentada pela empresa licitante para habilitação técnica ([0937395](#));

h) manifestação da unidade demandante ([0937411](#)), na qual registrou que a licitante apresentou a documentação em conformidade com o que foi solicitado no TR;

i) Ata do Pregão Eletrônico ([0937614](#));

j) intenção de recurso apresentada pela empresa SERVIR ([0940884](#)) e pela empresa IERO ([0940885](#));

k) razões do recurso apresentada pela empresa IERO ([0940886](#)) e contrarrazões da empresa INOVE ([0942819](#));

l) manifestação da unidade demandante ([0943065](#)), acerca do recurso apresentado e manifestação do Pregoeiro ([0946464](#));



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**05.** Por fim, o Pregoeiro registra as principais ocorrências do certame em seu Relatório n. 31/2022 ([0946465](#)). Assim instruídos, os autos foram remetidos pela ASLIC a esta unidade jurídica para análise dos atos praticados na licitação ([0946467](#)). **É o relatório.**

## **II – DA ANÁLISE JURÍDICA DO PE N. 43/2022**

**06.** Desencadeadas a fase externa da competição, nota-se o cumprimento da exigência contida no art. 25 do Decreto Federal n. 10.024/2019, dando-se as devidas divulgações dos avisos de licitação ([0925221](#)), com observância do prazo mínimo de 08 (oito) dias úteis das publicações até o recebimento das propostas. Nas publicações dos avisos constam a definição precisa, suficiente e clara do objeto; a indicação dos locais, das datas e dos horários em que poderá ser lido ou obtido o edital e o endereço eletrônico no qual ocorrerá a sessão pública com a data e o horário de sua realização, requisitos listados pelo art. 3º do mesmo Decreto.

**07.** Passa-se às análises dos atos propriamente ditos, tomando-se os elementos constantes dos autos:

### **a) Pedido de esclarecimentos e impugnações ao edital:**

Houve 1 (um) pedido de esclarecimento ao edital, elaborado pela empresa ACELIBRASIERO.

#### **Do questionamento da empresa, destaca-se:**

Prezado Sr. Pregoeiro, empresa essa interessada em participar deste certame, vem por meio deste solicitar os esclarecimentos a seguir.

**Questionamento:** A quantidade máxima de contratação em horas é de apenas 170 horas durante 12 (doze) meses?

Conforme item ( 24.1. A prestação dos serviços é estimada em 170 (cento e setenta) horas anuais de atendimento).

Informo-vos ainda que estamos solicitando o esclarecimento, tendo em vista que não ficou clara a quantidade a ser contratada, pois conforme cotação de nº008/2022, foi orçado 500 (quinhentas) horas.

**Resposta do Pregoeiro:** O item 24 do Termo de Referência, Anexo I do edital, trata sobre a estimativa de atendimento. Nele, consta a informação de que “a prestação dos serviços é estimada em 170 (cento e setenta) horas anuais de atendimento. ”

O quadro 2, inserto no item 23.1 do TR, traz cronograma estimativo a respeito da distribuição dessas 170 horas contemplando período de 12 meses.

No mesmo sentido, o modelo de proposta (anexo III do edital) informa o quantitativo de 170 horas previstas para o período de 12 meses.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Respondendo objetivamente o questionamento: Sim, está correto o entendimento da empresa. A prestação dos serviços é estimada em 170 (cento e setenta) horas anuais de atendimento.

Verifica-se que a resposta do Pregoeiro elucidou de forma satisfatória as questões levantadas, utilizando dados do próprio TR. Verifica-se também que, sendo afastadas, não importaram alterações das cláusulas do instrumento convocatório.

Não houve impugnação ao edital.

**b) Desclassificação da proposta de forma sumária – item 6.2 do edital:** De acordo com o relatório do Pregoeiro, nesta fase não houve desclassificação de propostas.

**c) Lances:** Os melhores lances para o item estão registrados em demonstrativos do sistema COMPRASNET ([0936388](#)) e todos os lances de cada item na ata do pregão ([0937614](#)). Não houve recusa de lances.

**d) Cancelados na aceitação:** Não houve;

**e) Aceitação/negociação:** Nesta fase o Pregoeiro negocia com as licitantes, via Sistema Eletrônico - *chat* - a redução do lance ou da proposta mais vantajosa, na tentativa de reduzir o preço, observado o critério de julgamento, como também analisa o cumprimento das exigências editalícias para a aceitação das propostas.

Todas as ocorrências foram registradas no item 5.3 do Relatório elaborado pelo Pregoeiro ([0946465](#)), complementado pelos demais documentos que constam do processo.

**f) Fase de Habilitação:** A licitante **INOVE PRODUÇÃO DE EVENTOS E SHOW BAR EIRELLI** apresentou a documentação exigida ([0936392](#), [0936394](#), [0936396](#) e [0936397](#)), e, após diligências, apresentou documentação complementar para habilitação técnica ([0937395](#)). Em seguida, a unidade demandante se manifestou e registrou que a licitante atendeu aos requisitos editalícios de habilitação com a apresentação dos documentos exigidos ([0937411](#)), sendo assim declarada regular e habilitada.

**g) Do Recurso:** A licitante **SERVIR SERVICOS DE TRADUCAO INTERPRETACAO E TECNOLOGIA LTDA**, CNPJ nº. 35.479.406/0001-73, apresentou intenção de recurso ([0940884](#)), porém, não apresentou as razões, o que caracteriza a desistência de recorrer. Conforme o relatório do Pregoeiro, as informações apresentadas na intenção de recurso são genéricas e insuficientes para uma análise mínima adequada. Portanto, o recurso restou deserto.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

A licitante INSTITUTO DE EDUCACAO DE RONDONIA IERO LTDA apresentou intenção de recurso ([0940885](#)) e tempestivamente as razões recursais ([0940886](#)).

Em suas razões de recurso, a recorrente, em síntese, alega que a empresa habilitada, INOVE PRODUÇÃO DE EVENTOS E SHOW BAR EIRELLI, apresentou mais de 10 atestados de capacidade técnica, a seu ver para tumultuar o andamento do certame; que os atestados apresentados não atendem às características mínimas do instrumento convocatório; que o Contrato 854/2021 atende apenas 8 horas de interpretação em libras e que a Febrapils, em sua nota Técnica 02/2017, sobre a contratação do serviço de interpretação de Libras/Português, recomenda para um evento do porte do objeto, que as empresas devem apresentar no mínimo 4 (quatro) profissionais de intérpretes de libras e recomendam a troca entre as funções de uma equipe de intérpretes num período de 20 até 30 minutos.

O recurso foi conhecido pelo Pregoeiro ante o preenchimento dos pressupostos recursais.

Na análise do mérito, o Pregoeiro entendeu pelo não acolhimento das razões recursais e registrou no item 23 da manifestação ([0946464](#)):

23. Pelo visto, a recorrente invoca exigências que não estão previstas no edital. É vedado ao Pregoeiro exigir das licitantes o que não está previsto no instrumento convocatório. Pela sua discordância com as regras do certame, deveria a recorrente ter impugnado o edital, mas não o fez. Ao contrário, manifestou expressa concordância com suas regras assinalando em campo próprio do sistema. Não cabe agora, pela via recursal, invocar regras diversas daquelas previamente previstas, com as quais concordou.

Registrou ainda que não há previsão no edital quanto ao número de atestados a serem apresentados; que apesar do contrato 857/2021 não atender às características mínimas do instrumento convocatório, esse não foi o único documento a ser apresentado pela recorrida; não foi solicitado no edital um número mínimo de horas de prestação de serviço nos atestados de capacidade técnica; não há exigências no edital da natureza do que alega a recorrente sobre a recomendação da nota Técnica 02/2017 da Febrapils e que não há vedação no edital para que empresas produtoras de eventos participem do certame, tendo ainda verificado que consta no objeto social da vencedora, dentre várias atividades, "serviços de tradução, interpretação e similares".

Como visto, verifica-se que o Pregoeiro avaliou todas as alegações contidas no recurso e as afastou, haja vista que nenhuma das alegações da recorrente tem previsão no edital ou no Termo de Referência e



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

que pela discordância no certame, deveria a recorrente ter impugnado o edital, mas não o fez.

Destaca-se que o pregoeiro agiu corretamente ao rejeitar, em sua apreciação, as alegações da empresa recorrente, haja vista que foram preenchidos todos os requisitos previstos no edital para habilitação pela empresa recorrida, não podendo o Pregoeiro exigir das licitantes o que não está previsto no instrumento convocatório.

Portanto, de acordo com a legislação vigente e as regras do edital, esta Assessoria Jurídica entende que o recurso poderá ser conhecido e, no mérito, ser julgado improcedente, para a manutenção da decisão do pregoeiro, podendo a autoridade administrativa adjudicar o item à vencedora do certame.

**08.** Assim, releva registrar que o procedimento licitatório foi marcado pela isonomia e probidade. Desse modo, conclui-se que transcorreu de forma regular, estando os principais atos e ocorrências devidamente registrados na Ata da Sessão Pública.

**09.** Nessa linha de reflexão, evidencia-se que restaram atendidas as diretrizes da Lei n. 8.666/93 e da legislação correlata ao pregão, não sendo observada qualquer irregularidade capaz de obstar a validade do procedimento licitatório, o que o torna legítimo e apto a produzir os efeitos legais necessários à formalização da contratação.

### **III – CONCLUSÃO**

**10. Por todo o exposto**, esta Assessoria Jurídica opina:

**I** - Pelo conhecimento do recurso e, no mérito, na esteira da manifestação do Pregoeiro ([0946464](#)), por sua **improcedência**, com base nos princípios da legalidade e vinculação ao instrumento convocatório, consequentemente, pela manutenção da decisão do Pregoeiro no PE n. 43/2022, de **aceitação do item ofertado pela licitante INOVE PRODUÇÃO DE EVENTOS E SHOW BAR EIRELI**, CNPJ n. 18.775.301/0001-52, na forma registrada na ata do certame ([0937614](#));

**II** - Pela **adjudicação do 0937411 em favor da licitante INOVE PRODUÇÃO DE EVENTOS E SHOW BAR EIRELI**, CNPJ n. 18.775.301/0001-52, face a improcedência do recurso, na forma apontada no inciso anterior e na análise contida neste parecer;





**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**III - pela homologação do certame pela autoridade competente**, caso adjudicado pela própria autoridade administrativa em razão do improvimento do recurso, com fundamento no art. 4º, XXII, da Lei n. 10.520/02.

**11.** Registra-se que, após a decisão da autoridade superior, os autos devem retornar ao Pregoeiro para publicação do resultado do certame no Diário Oficial da União e no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral e juntada do comprovante aos autos.

**12.** Por derradeiro, registre-se que esta Assessoria Jurídica analisou os aspectos formais e jurídicos da situação a ela submetida, já que incompetente legalmente para pronunciar-se acerca de documentos técnicos juntados ao processo associados à aceitação do objeto.

À consideração da autoridade competente.



Documento assinado eletronicamente por **MAIARA SALES DO CASAL**, **Analista Judiciário**, em 02/12/2022, às 09:36, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0946637** e o código CRC **65B2310E**.

0000745-49.2022.6.22.8000

0946637v3



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - [www.tre-ro.jus.br](http://www.tre-ro.jus.br)

PROCESSO: 0000745-49.2022.6.22.8000

INTERESSADO: Coordenadoria de Educação e Desenvolvimento - COEDE

ASSUNTO: Homologação do Pregão Eletrônico n. 43/2022 - Contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços de intermediação em





**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Libras com atendimento por meio de intérpretes humanos conectados remotamente, com uso de plataforma digital.

**DESPACHO Nº 1554 / 2022 - PRES/DG/GABDG**

Trata-se de procedimento administrativo instaurado pela Seção de Avaliação e Gestão do Desempenho - SEGED, que tem como finalidade registrar os atos necessários à contratação de empresa especializada na prestação de serviços de INTERMEDIÇÃO DE LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais) por meio de plataforma digital ([0800583](#)).

Vieram os autos a esta Diretoria-Geral, para análise final do processo licitatório, com vistas à homologação do Pregão Eletrônico nº 43/2022 ([0924312](#)), por meio de sua publicação, conforme documentos comprobatórios da divulgação juntados no evento [0925221](#).

Houve 1 (um) pedido de esclarecimento ao edital ([0933092](#)), devidamente respondido ([0933301](#)). Não houve impugnação ao edital.

O Pregoeiro trouxe aos autos relatório de propostas ([0936388](#)) e a Ata do Certame ([0937614](#)). Ao final, juntou o Relatório nº 31/2022 - PRES/DG/SAOFC/ASLIC ([0946465](#)), expondo as principais ocorrências do certame.

No dia e horário agendados, o Pregoeiro iniciou a operação da Sessão Pública deste Pregão Eletrônico. Cumpridas as fases de julgamento de propostas e habilitação, o Pregoeiro declarou habilitada a licitante INOVE PRODUÇÃO DE EVENTOS E SHOW BAR EIRELLI, CNPJ n. 18.775.301/0001-52, pois atendeu os requisitos de habilitação com a apresentação dos documentos necessários ([0936392](#), [0936394](#), [0936396](#) e [0936397](#)) e, após diligências, apresentou documentação complementar para habilitação técnica ([0937395](#)), de acordo com a manifestação da unidade demandante (evento [0937411](#)).

Na fase recursal, houve 2 (dois) registros de intenção de recurso, apresentados pelas licitantes SERVIR SERVICOS DE TRADUCAO INTERPRETACAO E TECNOLOGIA LTDA. (CNPJ nº. 35.479.406/0001-73) e INSTITUTO DE EDUCACAO DE RONDONIA IERO LTDA, conforme consta dos eventos [0940884](#) e [0940885](#), respectivamente. Preenchidos os pressupostos recursais, as intenções foram aceitas e os prazos abertos. Todavia, expirado o prazo, a licitante SERVIR



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

SERVICOS DE TRADUCAO INTERPRETACAO E TECNOLOGIA LTDA. não apresentou as razões recursais, motivo pelo qual, ao analisar o teor da referida intenção de recurso, o pregoeiro verificou que as informações apresentadas são genéricas, insuficientes para uma análise mínima adequada. Portanto, entendeu que o recurso restou deserto.

Em contrapartida, a licitante INSTITUTO DE EDUCACAO DE RONDONIA IERO LTDA. apresentou intenção de recurso ([0940885](#)) e tempestivamente as razões recursais ([0940886](#)). Nas razões recursais, a recorrente alega, em síntese, que a empresa habilitada, INOVE PRODUÇÃO DE EVENTOS E SHOW BAR EIRELLI, apresentou mais de 10 atestados de capacidade técnica, a seu ver para tumultuar o andamento do certame; que os atestados apresentados não atendem às características mínimas do instrumento convocatório; que o Contrato 854/2021 atende apenas 8 horas de interpretação em libras e que a Febrapils, em sua nota Técnica 02/2017, sobre a contratação do serviço de interpretação de Libras/Português, recomenda para um evento do porte do objeto, que as empresas devem apresentar no mínimo 4 (quatro) profissionais de intérpretes de libras e recomendam a troca entre as funções de uma equipe de intérpretes num período de 20 até 30 minutos.

A licitante INOVE PRODUCAO DE EVENTOS E SHOW BAR EIRELI apresentou contrarrazões ([0942819](#)).

Em sua manifestação ([0946464](#)), com base nas informações prestadas pela unidade técnica ([0943065](#)), o pregoeiro relatou que conheceu do recurso, posto que tempestivo e adequado. Contudo, no mérito, julgou improcedente o recurso e manteve a decisão atacada (habilitação da licitante vencedora). Assim, não houve juízo de retratação.

Mediante o Parecer Jurídico nº 264/2022 ([0946637](#)), a Assessoria Jurídica da SAOFC opinou pelo conhecimento do recurso e, no mérito, na esteira da manifestação do Pregoeiro ([0946464](#)), por sua improcedência, com base nos princípios da legalidade e vinculação ao instrumento convocatório, consequentemente, pela manutenção da decisão do Pregoeiro no PE n. 43/2022, de aceitação do item ofertado pela licitante INOVE PRODUÇÃO DE EVENTOS E SHOW BAR EIRELI, CNPJ n. 18.775.301/0001-52, na forma registrada na ata do certame ([0937614](#)). Por fim, opinou pela adjudicação do objeto em favor da empresa INOVE PRODUÇÃO DE EVENTOS E SHOW BAR EIRELI, CNPJ n. 18.775.301/0001-52, em razão da improcedência do recurso; e homologação do certame pela autoridade competente. Após, devem retornar os autos ao Pregoeiro para publicação do resultado do



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

certame no Diário Oficial da União e no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral, com juntada do comprovante nos autos.

### **É o necessário relatório. Passo à análise do recurso.**

Preliminarmente, verifica-se que a recorrente participou do certame, caracterizando o seu interesse. O recurso foi apresentado tempestivamente e na forma prevista no edital. Assim, dele conheço.

No mérito, verifica-se que não assiste razão à recorrente.

Compulsando os autos, verifica-se que as razões da recorrente não merecem prosperar, pois são incompatíveis com as regras do edital, tendo em vista que em análise do recurso, houve manifestação da unidade técnica demandante - SEGED, considerando que as questões levantadas pela recorrente INSTITUTO DE EDUCACAO DE RONDONIA IERO LTDA. se limitaram a invocar exigências não previstas no instrumento convocatório. Assim, tanto a unidade demandante como o pregoeiro analisaram ponto a ponto as alegações da recorrente (Manifestação 3/2022-SEGED - [0943065](#) - e evento [0946464](#)), e todas foram rechaçadas.

Além disso, destaca-se que o pregoeiro agiu corretamente ao rejeitar em sua análise as alegações da empresa recorrente, tendo como fundamento o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, o qual possui extrema relevância, na medida em que vincula não só a Administração, como também os administrados às regras nele estipuladas.

Conclui-se, portanto, que a decisão do Pregoeiro ([0946464](#)), pautada na manifestação da unidade técnica demandante dos serviços ([0943065](#)), avaliou todas as razões do recurso ([0940886](#)), com suporte em normas e princípios administrativos pertinentes ao assunto, seguiu fielmente as regras editalícias e não merece reforma.

Constata-se, ainda, que no certame foram obedecidos os princípios e procedimentos da Lei n. 8.666/93 e da legislação correlata ao pregão, não sendo observada qualquer irregularidade capaz de obstar a validade do procedimento licitatório, o qual transcorreu de forma regular, estando os principais atos e ocorrências devidamente registrados na Ata do Pregão Eletrônico ([0937614](#)).

Nesses termos, pela competência delegada pelo inciso V do art. 1º da Portaria TRE-RO n. 66/2018:

a) **Conheço do recurso** interposto pela empresa INSTITUTO DE EDUCACAO DE RONDONIA IERO LTDA. e, **no mérito,** **nego-lhe provimento,** mantendo



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

inalterada a decisão do Pregoeiro em todos os seus fundamentos;

b) **ADJUDICO o objeto do certame em favor da empresa INOVE PRODUÇÃO DE EVENTOS E SHOW BAR EIRELI**, CNPJ n. 18.775.301/0001-52, já que demonstrado nos autos condições para contratação com o setor público, com fundamento no art. 4º, XXI da Lei n. 10.520/02; e

c) **HOMOLOGO O PREGÃO ELETRÔNICO TRE-RO n. 43/2022 (0924312)**, com fundamento no art. 4º, XXII da Lei n. 10.520/02.

Efetuada a homologação do Pregão no Sistema Comprasnet, à ASLIC para juntada do extrato de sua homologação e publicação do resultado do certame no Diário Oficial da União e no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral e anexar o comprovante aos autos.

Por fim, devolvam-se os autos à Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade - SAOFC, para continuidade dos procedimentos necessários à contratação.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 08/12/2022, às 14:49, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0952847** e o código CRC **3D174788**.